

A depressão também contribuiu para validar as censuras de Mussolini à democracia parlamentar e ao individualismo capitalista, bem como a propaganda anticapitalista de Estaline na União Soviética durante a década de 1930. A outra poderosa economia americana caiu num declínio prolongado, a curva descendente do comércio internacional complicava os problemas do Japão — escassez de recursos, restrições raciais à imigração e barreiras proteccionistas devidas ao aumento das tarifas estrangeiras — endurecendo dessa forma a índole de um regime ansioso pela expansão territorial agressiva. Uma nação após a outra abandonou o padrão-ouro e o comércio livre em favor do controlo dos câmbios e das políticas proteccionistas que as empobreciam de forma recíproca (*beggar-my-neighbor policies*). Estas tendências, que foram apenas parcialmente invertidas pelos esforços do secretário de Estado Cordell Hull ao negociar, depois de 1934, acordos comerciais para a redução recíproca dos direitos aduaneiros, desempenharam o seu papel no aumento da suspensão política e das hostilidades internacionais. No seu conjunto, a Grande Depressão e a ameaça emergente de regimes dispostos a alterar pela força o *status quo*, arruinaram a fé liberal na harmonia natural de interesses entre as nações. As democracias ocidentais foram alterando, relutantemente, as suas políticas externas do idealismo (ou o que E. H. Carr chamou utopismo) para o realismo nacionalista.

As características fundamentais do realismo/nacionalismo económico podem agora ser rapidamente recapituladas. Os actores essenciais do sistema internacional são os estados soberanos, que não reconhecem qualquer autoridade superior. O sistema é anárquico, o que significa que cada estado procura determinar as suas próprias políticas com a liberdade que a distribuição de poder lhe possa permitir. Quer em paz quer em guerra, os estados devem olhar para a sua própria segurança, tomando todas as disposições que possam para garantir a sua liberdade de escolha, a segurança do seu território e população e a protecção de interesses vitais necessários para estimular a prosperidade da economia nacional como um todo e das suas mais importantes componentes. Os realistas concordam amplamente com o dogma mercantilista segundo o qual o poder e a riqueza são, para todos os efeitos, conceitos permutáveis. Enquanto actores coesos e racionais, os estados não podem deixar de avaliar as alterações reais e potenciais na estrutura internacional das relações de poder.<sup>40</sup> Eles esforçam-se para garantir que outros actores, como as organizações internacionais, as empresas multinacionais e outros agrupamentos não agem contra os interesses do estados. Como referimos no capítulo I e ainda veremos mais adiante neste capítulo, uma das grandes controvérsias contemporâneas na teoria internacional é a de saber se o estado é tão soberano como se julga, ainda que menos do que em tempos passados, ou se o mundo é agora tão pluralista e difuso que torna

ou la 10. *Letícia obrigatória*

obsoletos os pressupostos realistas/nacionalistas. Apesar deste tipo de debate em torno da soberania, a realidade sugere que até os liberais podem abandonar os seus estimados princípios, como aliás o fizeram durante a Primeira Guerra Mundial, e aceitar uma substancial intervenção governamental na economia quando a segurança nacional estiver em risco. Durante a Segunda Guerra Mundial, a escalada para o controlo total da economia por parte do estado ainda foi maior.

### TEORIA MARXISTA E TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Em marcado contraste com a teoria liberal do comércio livre assente na competição e na teoria realista/nacionalista de uma ordem económica subserviente aos interesses de poder do estado, as escolas marxista, leninista, neomarxista, da dependência e outras escolhas de pensamento socialistas, têm defendido que tanto o liberalismo quanto o realismo nacionalista são, na sua essência, justificações intelectuais para o sistema capitalista, principal instrumento da exploração e do conflito dentro das nações e entre elas. Correndo o risco de simplificação demasiada mas procedendo a um resumo que, no essencial, está correcto, Frieden e Lake afirmaram que «enquanto os liberais se centraram nos indivíduos e os marxistas nas classes, os realistas concentram-se nos estados-nação» e procuram invariavelmente controlar ou influenciar a economia interna e os seus actores com o objectivo da maximização do poder. Tal como os marxistas, mas divergindo dos liberais, os realistas negam que a política e a economia possam ser separadas.<sup>41</sup> Contudo, devemos estar atentos ao facto destes termos se referirem a modelos puramente teóricos. Na realidade política, económica e social, um deles pode vir a ser dominante enquanto encerra elementos normalmente associados a outro modelo, ou ainda um sistema em particular pode conter uma tal miscelânea e alteração dos três modelos que o torne de difícil caracterização. Mais ainda, o significado dos termos poderá mudar de um período histórico para outro, exigindo aperfeiçoamentos teóricos como os representados pelo neoliberalismo, neo-realismo e neomarxismo. Como já referimos, algumas teorias especiais — o pluralismo, a *dependência* e o capitalismo mundial — podem atravessar dois ou mesmo todos os três modelos básicos. Em último lugar, temos que estar alerta para a retórica e a propaganda que apresentem caricaturas simplificadas e que distorcem a realidade de uma economia global progressivamente mais complexa.

O pressuposto central (rejeitado pelos autores deste livro) das teorias marxistas da guerra e do imperialismo é o de que todos os assuntos inter-

PASTA Nº. 17-A

QTDE. FLS.: 21

A d  
dem  
pag:  
193  
a ci  
Jap  
pro  
des  
siv  
em  
err  
ter  
se  
cc  
ra  
ni:  
re  
n d  
n li

nacionais podem ser reduzidos a questões de perdas e ganhos econômico-evolução histórica e social. Mal cessem os conflitos entre classes, e mediante a força deste pressuposto assenta na influência considerável do sistema estabelecimento do comunismo, a mudança social ocorrerá apenas em como nas declarações, ora consistentes ora contraditórias, dos seus herdeiros socialistas e comunistas.<sup>42</sup> Gerações de acadêmicos e jornalistas e de futuros praticantes da política que nunca viveram num regime comunista ou socialista têm adoptado uma perspectiva do mundo essencialmente marxista. Um vasto número de professores, estudantes, políticos escritores e mesmo empresários tem adoptado uma interpretação econômica da história baseada, pelo menos em parte, numa análise próxima do marxismo. Em quase todos os países em vias de desenvolvimento, as elites assumiram, durante muito tempo, como válida a noção leninista de imperialismo, o que influenciou grandemente a sua atitude em relação ao Ocidente. Os principais elementos da teoria marxista datam de 1848, altura em que Karl Marx redigiu o seu famoso *Manifesto Comunista*. Contudo, a teoria revelou uma notável capacidade de sobrevivência durante o último quartel de um século que, com frequência, se mostrou radicalmente crítico das abstrações herdadas do passado. Seria um erro acreditarmos que a queda do comunismo soviético significou a obsolescência definitiva de uma teoria socialista marxista que sobreviveu durante quase século e meio. A teoria exerceu um forte impacto em muitos espíritos em muitas partes do planeta. De facto, alguns aspectos da teoria, como a influência das relações económicas nas esferas mais elevadas da cultura humana, têm sido permanentemente integrados na abordagem intelectual moderna do estudo da filosofia, história, ciências sociais, literatura e artes. O facto do planeamento económico centralizado, como aquele que foi posto em prática pelo comunismo soviético, estar a ser amplamente rejeitado como sistema falhado desde o final dos anos 1980 e da economia de mercado e democracia liberal ou populista se terem tomado alvos de aclamação quase universal nos anos 1990, não justifica que se ignore um modelo que dispõe de larga tradição e que procura explicar de que forma uma sociedade deveria ser organizada no campo político e económico.

O marxismo é uma mistura de metafísica (materialismo dialéctico), teoria da história (determinismo económico), economia e sociologia, ideologia política, teoria e estratégia revolucionária, ética social e teologia, ideologia escatológica que busca uma salvação secular: o advento de uma ordem sem classes de justiça perfeita, na qual cessa o conflito e é forjada a psicologia de um novo homem. Marx, mais do que ninguém, reforçou a ideia de que o conflito resulta inevitavelmente da luta de vida ou morte entre classes socioeconómicas. O capitalismo é a grilheta que leva os povos a lutar pela sua libertação, e esta será acompanhada das inexoráveis leis dialécticas da

evolução histórica e social. Mal cessem os conflitos entre classes, e mediante o estabelecimento do comunismo, a mudança social ocorrerá apenas em resultado do planeamento, debate e tomada de decisão racionais.

Karl Marx (1818-1883) desenvolveu uma teoria da história baseada no materialismo dialéctico em que o sistema económico de produção determina as estruturas institucionais e materiais da sociedade.<sup>43</sup> Quem controlar o sistema económico controla também o sistema político. O trabalho de Marx e Engels sobre a história da Grã-Bretanha novecentista conduziu-os à conclusão de que cada período encerra forças contraditórias — dialécticas — a partir das quais uma nova ordem emerge. Toda a história é a história da luta de classes entre um grupo dominante e um grupo que se lhe opõe, um processo que conduzirá a um novo sistema económico, político e social. O modelo marxista para o estudo da sociedade e da sua transformação encerra uma tese (o grupo dominante) e uma antítese (o grupo oponente) que colidem e produzem uma síntese (um novo sistema económico, político e social).<sup>44</sup>

Assim como o sistema precedente, o capitalismo contém as sementes da sua própria destruição. Marx acreditava que o empobrecimento crescente da classe trabalhadora — o proletariado — conduziria a uma revolução para derrubar a classe capitalista dominante. O estrato mais baixo da classe média é absorvido no proletariado porque não tem o capital necessário para competir de igual para igual com os seus camaradas mais afortunados, e as suas aptidões especializadas tomam-se dispensáveis perante os novos métodos de produção. À medida que as fileiras do proletariado aumentam, a luta com a burguesia intensifica-se. No começo, a luta é levada a cabo por membros individuais da classe capitalista exploradora. Marx prognosticava uma série de choques de intensidade crescente entre o proletariado e a burguesia até à eclosão de uma revolução que resultaria, finalmente, no derrube da burguesia.

Na teoria marxista da mais-valia, o valor social necessário para a produção de uma mercadoria é considerado com a única medida do seu valor. Os capitalistas por si próprios não produzem coisa alguma. Em vez disso, vivem como parasitas do trabalho da classe produtiva. O capitalista paga ao trabalhador um salário de subsistência e guarda o resto. Segundo Marx, numa sociedade capitalista, uma vasta massa populacional é reduzida à escravidão salarial. O proletariado produz bens e serviços pelos quais recebe pouca ou nenhuma compensação. Num sistema capitalista, a burguesia, que controla os meios de produção, explora o trabalhador e alarga o fosso — a mais-valia — entre o preço pago aos trabalhadores pelo seu trabalho e o preço conseguido pela burguesia no mercado.<sup>45</sup>

O confronto previsto entre a classe burguesa, capitalista (tese) e o proletariado (antítese) conduziria, esperava-se, a uma ordem socialista. Verificar-se-ia um período inicial de controlo governamental sobre toda a produ-

ção e a distribuição até que os últimos vestígios do capitalismo fossem eliminados. Marx previa o gradual desaparecimento do estado à medida que uma nova ordem comunista econômica, política e social se fosse desenvolvendo. Os anarquistas, como vimos no capítulo 5, desprezavam os socialistas marxistas por estes advogarem uma ditadura do proletariado enquanto imperativo necessário para o período que mediasse até ao desaparecimento eventual do estado.

Os marxistas ortodoxos viam todos os fenómenos políticos, incluindo o imperialismo e a guerra, como projecções de forças económicas subjacentes. Todas as formas de consciencialização estão subordinadas à lógica económico-militares de qualquer tipo de relação de poder entre uma comunidade mais forte e uma mais fraca são explicadas pelo marxismo como racionalizações que visam ocultar a infra-estrutura económica. Se bem que esta caracterização seja aplicável a toda verdade a história, ela torna-se mais evidente na era do capitalismo. Numa das suas passagens mais polémicas, Marx e Engels afirmam indignados:

A burguesia [...] não deixou outro laço entre os homens senão o próprio interesse e um pagamento monetário insensível. Afogou os mais divinos sentimentos do fervor religioso, do entusiasmo mais corajoso, do sentimentalismo filisteu, na água gelada do calculismo egoísta. [...] A burguesia despojou do seu esplendor todas as ocupações que eram honradas e admiradas com temor reverencial. Convertiu o médico, o advogado, o padre, o poeta, o homem de ciência, em seus assalariados.<sup>46</sup>

Marx tinha uma perspectiva da paz — a paz inerente à salvação do indivíduo alienado resultante da «negação da negação», da apropriação revolucionária pelo proletariado que tomava aquilo que com justiça lhe pertence.<sup>47</sup> Nos seus primeiros anos, Marx pode ter preferido ou esperado que a vitória inevitável do socialismo pudesse ser atingida pela via da realização não violenta da dialética. Contudo, e à medida que ia envelhecendo, o idealismo filosófico do jovem Marx foi dando lugar aos modos ponderados de um revolucionário profissional, frustrado, impaciente. John Plamenatz, afirma-o:

De acordo com a lógica, a violência e o derramamento de sangue não são parte essencial do tipo de revolução concebida por Marx e Engels. Na realidade, estes entendiam que a violência ocorreria quando o proletariado tomasse o poder na maior parte dos países ou mesmo em todo. E mesmo em alguns momentos, como suspeito, chegaram até a ter prazer na ideia de imaginar tal violência.

Não eram pessoas muito geniais; nem sequer acreditavam, ao contrário de outros socialistas e comunistas seus contemporâneos, que a violência fosse errada ou que corrompesse aqueles que a empregam. Nada disto inválida, contudo, o argumento que defendo: o de que a revolução, tal como era preconizada por Marx e Engels, não envolvia necessariamente a violência.<sup>48</sup>

Oriundo da tradição revolucionária russa de actividade conspirativa resultante directamente da opressão czarista contra a qual lutava, foi Lenine quem mais do que ninguém trouxe para o comunismo marxista do século xx a predilecção pela violência e pelo terror. Lenine reagiu, em parte, contra o revisionismo de marxistas alemães como Karl Kautsky (1854-1938) e Eduard Bernstein (1850-1932) que defendiam que alguns dos prognósticos marxistas se tinham tornado perversos e que a realização do socialismo poderia ser um longo e gradual processo envolvendo a educação, a intimidação psicológica e a urna dos votos. Lenine insistiu em que o apelo à violência era inerente à realização da verdadeira revolução e que o estado burguês não poderia ser substituído por um estado proletário em consequência do afastamento do primeiro mas, em regra, somente através de uma revolução violenta, pois os capitalistas nunca tiram abandonar pacificamente a sua posição dominante.

## A TEORIA DO IMPERIALISMO

Apesar de Marx ter observado e descrito fielmente o âmbito mundial das operações capitalistas de aquisição de matérias-primas e de comercialização de bens manufacturados, não chegou a elaborar uma verdadeira teoria do imperialismo. Esta tarefa ficou para os seus herdeiros intelectuais do século xx — Rudolph Hilferding (1877-1941), social-democrata alemão; Rosa Luxemburg (1870-1919), uma socialista alemã; e, claro está, Lenine. Contudo, a teoria começa com um liberal dos quatro costados.

Curiosamente, a maior parte dos dados sobre a teoria comunista do imperialismo no século xx foi fornecida pelo economista britânico John A. Hobson (1858-1940). Licenciado por Oxford, Hobson era um jornalista, ensaísta e professor universitário que tinha abraçado o liberalismo por influência de John Stuart Mill e da sociologia de Herbert Spencer. Atraído pelo idealismo, pelo humanismo e pela ética da reforma social, veio a proclamar-se herege religioso e económico e a aproximar-se do socialismo

do tipo fabiano à medida que se ia desencantando com aquilo a que chamava «capitalismo mecanizado». Durante a guerra dos bóeres, Hobson foi para a África do Sul como correspondente de *The Manchester Guardian*. A cobertura deste conflito, que Hobson via como uma história inventada pelos detentores do monopólio do comércio de diamantes e outros exploradores económicos, conduziu-o a uma polémica anticapitalista e antimilitarista não totalmente isenta de tiques anti-semitas. Seja como for, não é um exagero afirmar que Hobson inventou a moderna teoria do imperialismo e que contribuiu amplamente para a criação de uma reacção moral e intelectual ao imperialismo no mundo anglófono.<sup>49</sup> (A opinião liberal nos Estados Unidos já ia manifestando a culpa sobre Cuba e o expansionismo no Pacífico nas vésperas da Guerra Hispano-Americana.<sup>50</sup>)

Mais de sessenta anos depois, dois analistas concluiriam que «a generalizada falácia que tomava a guerra dos bóeres como conspiração capitalista [...] viria a ser a base de todas as posteriores teorias do imperialismo».<sup>51</sup> O próprio termo *imperialismo* tinha até então sido invocado para significar tudo o que fora contribuição britânica para o progresso civilizacional de vastas áreas do mundo sob domínio britânico — o estado de direito, as instituições parlamentares, uma administração racional de funcionários públicos com algum sentido de responsabilidade (até à altura um fenómeno raro em certas regiões) e a convicção do valor e dos direitos dos seres humanos (ainda mais raro). Em Inglaterra, o termo tornou-se «um símbolo reconhecido da forte reacção moral de uma minoria com inclinações liberais, radicais ou trabalhistas, ou com fortes escrúpulos religiosos».<sup>52</sup>

Hobson defendia que o imperialismo era resultante de ajustamentos desadequados dentro do sistema capitalista, no qual uma minoria abastada poupa demasiado enquanto uma maioria empobrecida, ou no limite da subsistência, não dispõe do poder de compra necessário para consumir todos os frutos da indústria moderna. As sociedades capitalistas estão, por conseguinte, confrontadas com o dilema crítico da sobreprodução e subconsumo. Se os capitalistas estivessem dispostos a redistribuir as mais-valias na forma de assistência social, deixaria de haver problemas estruturais sérios. Contudo, os capitalistas procuram reinvestir o seu capital excedentário em empresas rendíveis no estrangeiro. O resultado é o imperialismo, «o esforço dos grandes senhores da indústria de aumentarem o campo de circulação do seu capital excedentário através da procura de mercados estrangeiros e investimentos estrangeiros para escoarem os bens e o capital que não conseguem vender ou aplicar internamente».<sup>53</sup>

Hobson estava consciente da existência de factores não económicos na expansão da Europa de finais do século XIX — forças de carácter político, militar, psicológico, religioso e filantrópico. Apesar disso, Hobson insistia

em que o ingrediente essencial do imperialismo era o capitalismo financeiro que galvaniza e organiza as outras forças num todo coerente:

O capitalismo financeiro manipula as forças patrióticas geradas por políticos, soldados, filantropos e comerciantes. O entusiasmo pela expansão que daí brota, apesar de forte e genuíno, é irregular e cego; o interesse financeiro tem aquelas qualidades de concentração e cálculo clarividente necessárias ao estabelecimento do imperialismo.<sup>54</sup>

Na análise de Hobson, e no caso da Grã-Bretanha, o imperialismo não surgira da necessidade de aliviar a pressão demográfica, pois a Grã-Bretanha não se confrontava com esse problema e a sua taxa de crescimento vinha, mesmo decaindo até níveis estacionários. Para além disso, Hobson acrescentava que a população britânica não parecia ansiosa por povoar a maior parte das áreas do Império adquiridas após 1870.<sup>55</sup>

Hobson condenava o imperialismo dos finais do século XIX por ser irracional e um mau negócio político para a generalidade da nação, apesar de racional e rendível para certos grupos: meio bursátil, especuladores da actividade mineira, engenheiros, industriais do armamento e da construção naval, exportadores, fornecedores dos serviços militares e membros das classes aristocráticas que enviavam os seus filhos para carreiras de oficiais no exército, marinha e serviços coloniais.<sup>56</sup> Apesar das actividades económicas destes grupos constituírem apenas uma pequena fracção do volume total dos negócios britânicos, os grupos que beneficiavam do imperialismo estavam bem organizados em torno da defesa dos seus interesses e controlavam os canais políticos. O imperialismo, defende Hobson, acarreta inúmeros riscos e custos para a nação, e isto em comparação com os seus escassos ganhos derivados do aumento do comércio. Por conseguinte, a racionalidade do imperialismo deveria ser procurada nos dividendos retirados por grupos específicos dentro da sociedade. Ao avaliar o significado do estudo de Hobson, E. M. Winslow (1896-1966) concluiu: «Nenhum outro livro tem tido tanta influência na propagação da doutrina do imperialismo económico.»<sup>57</sup> Mais tarde, Lenine reconheceria claramente a influência que os estudos de Hobson exerceram sobre o seu próprio entendimento do fenómeno.

Hobson antecipou o ataque que Lenine montaria mais tarde ao lucro capitalista como causa principal das guerras internacionais. As políticas do imperialismo agressivo e da guerra determinavam avultados gastos em armamento, o aumento da dívida pública e a flutuação dos valores mobiliários de que beneficiavam, sobretudo, os mais experientes homens da finança. Na verdade, Hobson não argumentava que os capitalistas eram responsáveis

pelas guerras de que beneficiavam. Contudo, o valor do seu raciocínio posteriormente tornado mais explícito por Lenine, assentava em que se o comportamento dos capitalistas é motivado pelo desejo de obter lucros e se determinados segmentos da sociedade capitalista puderem lucrar com as guerras imperialistas, então podemos esperar que esses segmentos desenvolvam todos os esforços para desencadear uma guerra sempre que as circunstâncias o justificarem.

## LENINE E A TEORIA DO CONFLITO

Rosa Luxembourg, teorizadora alemã do socialismo, seguiu de perto a análise de Hobson, ao passo que Rudolph Hilferding procurou aperfeiçoá-la ao atribuir a exportação de capitais ao funcionamento dos sistemas monopolistas e de cartel, fenómeno que limita as possibilidades de investimento doméstico. O teorizador do imperialismo mais conhecido nos tempos modernos foi, é claro, Lenine. O arquitecto da Revolução Bolchevique não era um estudioso nem um pensador da dimensão de Hobson. Para além de ir buscar inspiração a Hobson, Lenine acolheu a análise de Hilferding sobre o papel do capitalismo monopolista:

O imperialismo é o capitalismo numa fase de desenvolvimento em que o domínio pelos monopólios e pelo capital financeiro se estabeleceu, em que a exportação de capitais ganha uma importância acrescida, em que do mundo entre grupos de empresas (*trusts*) internacionais começou, em que a partilha de todos os territórios do mundo entre as grandes potências capitalistas ficou completa.<sup>58</sup>

Lenine considerava que o capitalismo monopolista, que equiparava ao imperialismo, derivava de quatro factores: 1) a concentração da produção em associações, cartéis, sindicatos e grupos; 2) a busca competitiva de fontes de matérias-primas; 3) o desenvolvimento de oligarquias no sector bancário; 4) a transformação da velha política colonial na luta pelo estabelecimento de esferas de interesses económicos, em que as nações mais ricas e mais poderosas exploram as mais fracas. Assim, Lenine contrariava a tese de Karl Kautsky segundo a qual o imperialismo era apenas uma política preferida dos estados capitalistas. Para Lenine, o imperialismo era uma consequência inevitável. Na sua interpretação, os lucros monopolistas permitem aos capitalistas de certas indústrias corromper os trabalhadores que, em busca de um padrão mais elevado de vida, se aliam à burguesia

contra os seus camaradas trabalhadores dos países explorados e sujeitos aos desígnios do império.

Uma vez que o capitalismo financeiro é a fonte do imperialismo, ele também se torna, para os marxistas-leninistas, a principal causa das guerras internacionais na área capitalista, ou pelo menos a única causa que estão interessados em abordar. Se existem outras causas para os conflitos, os marxistas preferem não chamar a atenção para elas. Hobson tinha admitido que os instintos primitivos da raça humana desempenharam um papel relevante no imperialismo do século XIX: o instinto de domínio da terra, o hábito nómada que subsiste agora como o amor às viagens, o espírito de aventura, os instintos desportivos e de caça e o prazer da luta que na época do desporto-espectáculo se transforma em apetite por apostas e em tempo de guerra se transforma em fanatismo.<sup>59</sup> Apesar de tudo, Hobson contornou a dificuldade teórica derivada da pluralidade de factores através da acção simplista de que as classes dominantes nas sociedades capitalistas defendem os seus interesses exclusivos ao manipularem os instintos primitivos da raça e canalizá-los para aventuras imperialistas.

A contribuição de Lenine foi de dupla ordem. Em primeiro lugar, enunciou uma teoria organizacional em que o partido comunista era concebido com «vanguarda do proletariado» e antecipava a chegada de uma revolução que, para Marx, era inevitável. Olhando para a história europeia após 1848, Lenine concluiu que o proletariado não se revoltaria espontaneamente contra a burguesia dominante como Marx havia prognosticado. No seu famoso opúsculo de 1902, *Que Fazer?*, Lenine insistia em que um partido forte, coeso e altamente motivado, composto por revolucionários profissionais de disciplina rígida e prontos para usarem os meios legais e ilegais na execução das ordens vindas do topo era essencial para derrubar o sistema capitalista.<sup>60</sup> Em segundo lugar, e fortemente inspirado por Hobson, Lenine desenvolveu uma teoria do imperialismo que pretende explicar as relações internacionais num sistema global dominado por estados capitalistas. De facto, Lenine discerniu aqui uma ligação directa com o fracasso da previsão marxista. A exploração capitalista das regiões coloniais mais pobres do mundo melhorou o nível de vida da classe trabalhadora europeia a ponto de retardar ou adiar a sua revolta. Segundo Robert Gilpin, Lenine

converteu o marxismo de teoria focada essencialmente na economia doméstica em teoria das relações políticas internacionais entre estados capitalistas. [...] Marx havia escrito sobre um capitalismo em larga medida confinado à Europa Ocidental. [...] Entre 1970 e 1914, contudo, o capitalismo tinha-se tornado num sistema crescentemente global e aberto de carácter energético e tecnológico. [...] Mais ainda, o capitalismo de que fala Marx tinha sido constituído principalmente por pequenas firmas industriais competitivas. Por

altura de Lenine, contudo, as economias capitalistas estavam dominadas por imensas instalações industriais [...] controladas pelas grandes casas da alta finança. Para Lenine [...] o controlo do capital industrial pelo capital financeiro representava a primeira e mais avançada etapa do desenvolvimento capitalista.<sup>61</sup>

Nos sistemas capitalistas, a competição é finalmente substituída pelos monopólios capitalistas e o imperialismo é, por conseguinte, a fase monopolista do capitalismo. Os principais países exportadores de capitais são capazes de obter vantagens económicas derivadas da exploração dos povos estrangeiros. O controlo político sobre os territórios ultramarinos destina-se a garantir uma fonte fiável de abastecimento de matérias-primas e mão-de-obra barata, assim como a assegurar mercados para os complexos industriais dos países capitalistas avançados.

Escrevendo na Primavera de 1916, quase dois anos após o deflagrar da Primeira Guerra Mundial, Lenine descrevia a história da geração anterior como uma luta entre as potências capitalistas desenvolvidas pelo controlo de colónias e mercados. Os países capitalistas vêem-se obrigados a entrar na luta pelas colónias. Em especial na Ásia Oriental e em África, as potências imperialistas tinham reclamado territórios e esferas de influência. Alguns países capitalistas chegaram a formar alianças no último quartel do século XIX, mas estas não podiam representar mais do que um interregno entre as guerras. Devido à extrema dependência em que os sistemas económicos capitalistas se encontram face aos mercados e recursos ultramarinos, o conflito internacional é endémico num mundo de estados capitalistas. A eliminação dos estados capitalistas, conclui Lenine, era a condição essencial para a abolição do conflito internacional.<sup>62</sup>

Para Lenine, o capitalismo tinha-se desenvolvido ao seu próprio ritmo em cada país — mais cedo na Holanda, Inglaterra e França; mais tarde na Alemanha e nos Estados Unidos; e ainda mais tarde no Japão e na Rússia. Esta era a «lei do desenvolvimento assimétrico» que tornava inconcebível que um qualquer equilíbrio precário assente na política da balança de poderes pudesse durar muito tempo. Lenine acreditava que, na sua época, os cartéis tinham quase completado o processo de divisão dos territórios do mundo com vista à exploração. Como o planeta já tinha sido dividido, qualquer expansão capitalista posterior poderia apenas ocorrer à custa de outros capitalistas. Desta forma, o imperialismo capitalista teria que provocar guerras internacionais.<sup>63</sup> Recordando a intervenção aliada na Rússia no final da Primeira Guerra Mundial, Estaline olhava para o Ocidente capitalista com suspeição e hostilidade, e referia-se frequentemente a essa cons-

piração e agressão estrangeira contra a União Soviética. Contudo, na sua famosa «última tese», publicada nas vésperas do Congresso do Partido Comunista da União Soviética de 1952, Estaline advogava que os choques terríveis que Lenine previra entre os campos capitalista e socialista já não eram inevitáveis, já que uma guerra desse tipo faria perigar a própria sobrevivência do capitalismo. Estaline declarou ainda que as contradições no seio dos sistemas capitalistas tornavam inevitável a repetição das guerras entre estados capitalistas.<sup>64</sup>

#### A TEORIA MARXISTA-LENINISTA DESDE A DÉCADA DE 1950

A história das relações internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial não tratou de forma benevolente a teoria marxista-leninista, especialmente no tocante ao imperialismo. Aliás, ela seria muito pressionada para explicar o imperialismo do comunismo soviético sobre a Europa de Leste. A última tese de Estaline relativa à inevitabilidade da guerra no interior do campo capitalista não pode ser validada, excepto se alargarmos o seu sentido às guerras comerciais e à competitividade da economia global que nunca originou conflitos militares.

Muito antes da implosão da União Soviética e do seu império, o próprio sistema de estados comunistas tinha sido abalado por conflitos graves. As tropas soviéticas haviam reprimido a revolta de trabalhadores na Alemanha de Leste em 1953 e esmagado o levantamento húngaro de 1956. Quando a Checoslováquia passou pelos levantamentos libertadores conhecidos com o nome de «Primavera de Praga» de 1968, a resposta foi a invasão das forças armadas de cinco dos estados do Pacto de Varsóvia. Posteriormente, Leonid Brezhnev justificaria a acção ao anunciar a doutrina soviética que recebeu o seu nome:

Quando forças internas e externas hostis ao socialismo tentam impedir o desenvolvimento de qualquer dos países socialistas no sentido da restauração do capitalismo, quando surge uma ameaça à causa do socialismo nesse país, uma ameaça à segurança da comunidade socialista como um todo, esse deixa de ser um problema exclusivo do povo e do país em questão e torna-se um problema global e uma preocupação de todos os estados socialistas.<sup>65</sup>

Ao longo da década de 1960, o relacionamento entre a União Soviética e a República Popular da China (RPC) tinha-se radicalizado por culpa de

diversos temas: pureza ideológica, apoio à revolução mundial, assistência estrangeira ao desenvolvimento, proliferação nuclear, disputas territoriais como resultado de velhos tratados desiguais e a temeridade com que os estados socialistas participavam nas negociações de desarmamento e controlo de armamento com estados capitalistas que permaneciam poderosos do ponto de vista militar.<sup>66</sup> No início dos anos 1970, os dirigentes da RPC desacreditavam o conluio entre as duas superpotências imperialistas, capitalista e socialista, para o controlo de armamento. Em apenas alguns anos, e à medida que os Estados Unidos preparavam a sua retirada do Sudeste asiático, os dirigentes em Pequim concluíam que o crescimento do poder militar soviético estava a tornar-se uma ameaça maior que o poder imperial norte-americano em declínio e começou a avisar o Japão e outros estados asiáticos dos objectivos hegemónicos soviéticos na região.<sup>67</sup> Alguns marxistas continuavam a explicar as intervenções soviéticas na Europa de Leste e no Vietname em termos da luta moral entre as forças do bem e do mal, do socialismo e do capitalismo. Todavia, tais explicações foram-se tornando mais débeis e isto após o apoio soviético à intervenção cubana em Angola, depois de 1975, a invasão vietnamita do Camboja, em Dezembro de 1978, o ataque da RPC ao Vietname, em Fevereiro de 1979, e a invasão soviética do Afeganistão, em Dezembro de 1979. Esta última intervenção militar levou a um descontentamento interno crescente dentro da União Soviética e alienou a maior parte do mundo islâmico, tanto quanto a guerra norte-americana no Vietname havia suscitado sentimentos antiamericanos em muitos estados ocidentais e desenvolvidos.

Os derradeiros anos da era Brezhnev (1980-1982) conheceram uma forma mais subtil de imperialismo soviético. Quando o movimento de trabalhadores polacos, conhecido por Solidariedade (*Solidarnosc*) conseguiu que o governo fizesse várias concessões que pareceram ameaçar o controlo da fronteira polaca. Isto aumentou os receios polacos de uma invasão e facilitou o caminho para a declaração da lei marcial nos finais de 1981, e facto que impediu a efectiva intervenção soviética. O interregno de Andropov e Chernenko (1981-1985) foi um período transitório de liderança hesitante, instável, sem precedentes na história soviética. Foi um período marcado pelo impasse frustrante nas negociações Leste-Oeste para o controlo do armamento, por polémicas gritantes acerca do equilíbrio militar na Europa, pela preocupação frenética de Moscovo quanto à Inicitiva de Defesa Estratégica (SDI)<sup>68</sup> do Presidente Reagan e pela impressão, que alastrava rapidamente, de que a União Soviética se aproximava de uma crise interna. A dramática marcha atrás do imperialismo soviético iniciada por Mikhail Gorbatchov será tratada mais adiante neste capítulo.

## CRÍTICAS REALISTAS E LIBERAIAS ÀS TEORIAS ECONÓMICAS DO IMPERIALISMO

Os críticos contemporâneos das teorias económicas do imperialismo colocam fortes reticências às conclusões de Hobson, Lenine e seus seguidores, quer no tocante à análise semântica quer no tocante à análise económica e política. De uma forma geral, o ataque semântico dirige-se ao facto dos discípulos de Lenine estarem tão dominados pela aversão ideológica ao capitalismo financeiro ao ponto de confundirem o que é a manifestação histórica particular do impulso imperialista com um fenómeno político e sociológico mais abrangente — aquilo a que Santo Agostinho chamava *animus dominandi* — que tem assumido formas diversas ao longo da história.

Logo no início da Guerra Fria, o realista Hans J. Morgenthau, o mais importante crítico do teoria hobsoniana-leninista do imperialismo, caracterizou esta última como uma perversão terminológica orientada para objectivos de polémica mais restrita. Morgenthau lamentava a aplicação do termo a toda e qualquer política externa que o utilizador do termo entendesse repreensível e apelava à geração de estudantes universitários do pós-Segunda Guerra Mundial para que aceitasse uma definição objectiva e eticamente neutral do imperialismo em termos de «uma política que procura a substituição do *status quo* e uma alteração das relações de poder entre duas ou mais nações».<sup>69</sup> Morgenthau negava que todo o acréscimo de poder internacional de uma nação fosse necessariamente imperialista. Mais ainda, alertava para a tendência de considerar como imperialista toda a política externa que visa, de forma conservadora, a manutenção de um império já existente. No seu entender, o termo deveria ser reservado para o processo dinâmico de alteração do *status quo* internacional e consequente aquisição de um império.<sup>70</sup> A interpretação económica do imperialismo, argumentava Morgenthau, fracassava na tentativa de construir uma lei universal da história assente na experiência limitada de um punhado de casos isolados. No seu ponto de vista, este tipo de teoria ignora o problema do imperialismo pré-capitalista (incluindo os antigos impérios do Egipto, Assíria, Pérsia e Roma; o imperialismo árabe dos séculos VII e VIII; o imperialismo europeu cristão das Cruzadas e os impérios de homens como Alexandre, o Grande, Napoleão e Hitler).<sup>71</sup> Além disso, Morgenthau destacou que a teoria não consegue sequer fornecer uma explicação convincente do imperialismo da era capitalista na sua *belle époque*, entre 1870 e 1914.

No sumário que se segue dos argumentos que refutam a interpretação hobsoniana-leninista, o argumento de Morgenthau é acompanhado do de vários outros teorizadores proeminentes, incluindo o sociólogo político fran-

cês Raymond Aron (1905-1983), o economista austríaco Joseph A. Schumpeter (1883-1950), que ensinou na Universidade de Harvard e o economista americano Jacob Viner (1892-1970). Também podemos encontrar aqui as conclusões de especialistas mais recentes que têm posto a descoberto várias anomalias na hipótese de Hobson e Lenine.<sup>72</sup>

1. Os seguidores de Marx, Hobson e Lenine são acusados de confundir uma manifestação histórica particular do impulso imperialista com um fenómeno mais abrangente, multifacetado, político e sociológico que assume formas diversas ao longo dos tempos. A teoria económica do imperialismo da viragem do século XIX é vista como uma distorção, na medida em que subordina a política internacional à economia internacional, de forma rígida e superficial. Os interesses económicos são, frequentemente, a simples racionalização da vontade de poder de uma nação. Jacob Viner defendeu que, na maior parte dos casos

o capitalista, em vez de impulsionar o seu governo para uma aventura imperialista na prossecução das suas próprias vantagens financeiras, era empurrado, ou arrastado, ou seduzido, ou enganado para essa iniciativa pelo seu próprio governo, para que, nas suas relações com o mundo exterior e com o seu próprio povo, este governo pudesse defender-se através de um interesse económico aparentemente real e legítimo no território envolvido e requerendo protecção militar.<sup>73</sup>

2. Schumpeter insistia que o imperialismo não pode ser reduzido a uma mera procura do interesse económico quando a história está repleta de exemplos de sociedades «que procuram a expansão pelo prazer de lutar, a vitória pelo prazer de ganhar, a dominação pelo prazer de mandar».<sup>74</sup> Não se opta pela guerra para obter vantagens utilitárias imediatas, mesmo que estas sejam o objectivo declarado. O imperialismo é antes «a disposição sem objecto definido da parte de um estado para a expansão sem limites e executada pela força».<sup>75</sup> Assim como o nacionalismo, que é irracional e inconsciente, o imperialismo é um chamamento aos instintos do passado obscuro. Ele é, em síntese, um atavismo cultural. Se quisermos associá-lo a raízes económicas, deveríamos atribuí-lo a relações de produção *passadas* e não presentes. Sem dúvida que é a classe dominante que em qualquer estado toma a decisão de recorrer à guerra, mas não é a burguesia empresária que constitui o centro da decisão quanto à política externa no mundo moderno. São os vestígios das classes aristocráticas do regime anterior que ainda preenchem os lugares governamentais, diplomáticos e militares mais importantes.<sup>76</sup>

3. Apesar da simplista *teoria da diabolização da guerra* que associa esta última aos fabricantes de armas e a outros que esperam obter benefícios financeiros a partir da guerra, os capitalistas em geral não são afeiçoados à beligerância. Uma vez que a guerra envolve o irracional e o imprevisível, enquanto o capitalismo prospera melhor através de previsões lúcidas e do planeamento num ambiente internacional estável, a maior parte dos capitalistas é partidária da paz e não da guerra, pelo simples facto de que os que sofrem com a guerra são muito mais do que aqueles que dela beneficiam.<sup>77</sup> De acordo com Schumpeter, os esforços competitivos no sistema capitalista absorvem uma quantidade imensa de energia humana e dirigem-na para ocupações puramente económicas, deixando pouca margem para aplicar na guerra e uma tendência ainda menor para acolher a guerra como diversão das actividades desagradáveis ou entediadas.<sup>78</sup> A sociedade capitalista cria a base sociológica para a oposição popular à guerra e ao armamento e à presença dos exércitos profissionais na sociedade. Antes da era do capitalismo, os princípios pacifistas apenas tinham sido levados a sério no Ocidente e por uma pequena minoria de grupos religiosos. O pacifismo moderno, enquanto movimento político significativo, surge apenas na sociedade capitalista em que os partidos organizados produzem dirigentes pacifistas, palavras de ordem pacifistas e programas pacifistas, a par de uma aversão popular ao imperialismo e um apoio popular à arbitragem das disputas, ao desarmamento e à organização internacional. (A questão relativa à obsolescência da guerra é analisada no capítulo 8. Ver a secção «O fim da Guerra Fria».)

4. A teoria de Hobson não sobreviveu ao teste do exame crítico. Os exemplos por ele dados para a influência nefasta dos investimentos de capital no ultramar — minas da África do Sul e concessões chinesas — mostraram-se de uma importância relativa e efêmera.<sup>79</sup> O esforço para criar uma teoria universal com base em provas tão escassas leva a anomalias flagrantes relativamente ao que fica por explicar. De acordo com a teoria que estamos a analisar, as nações capitalistas mais avançadas deveriam ter sido as mais expansionistas e as mais colonialistas na era de maior desenvolvimento dos monopólios e capitalismo financeiro. Na realidade, a expansão europeia para territórios coloniais no final do século XIX e início do século XX foi menos alargada do que no período que media entre o século XVI e o início do século XIX. Os assentamentos europeus na América do Norte e do Sul significaram uma colonização real; o imperialismo europeu na Ásia e, mais tarde, em África, excepto em algumas áreas relativamente pequenas, não implicou essa colonização. O corolário lógico da teoria

hobsoniana-leninista é que estados pouco capitalistas deveriam também ser estados pouco imperialistas e colonialistas. Contudo, Portugal, na cauda dos países capitalistas, era uma potência colonial de primeira ordem. Em contraste, a Suécia e a Suíça, dois estados profundamente dominados pelo espírito capitalista, não demonstravam inclinação significativa para as aventuras imperialistas e colonialistas.<sup>80</sup>

Schumpeter destacou o caso dos Estados Unidos, um país em desenvolvimento na primeira metade do século XIX e uma potência capitalista em rápida ascensão após a Guerra Civil americana (1861-1865). De acordo com a teoria, os Estados Unidos deveriam ter tentado conquistar os seus dois vizinhos ricos em recursos e fracós em termos militares, México e Canadá, mas não o fez.<sup>81</sup> Finalmente, a teoria ignora o papel do capital ocidental na transformação do Japão século XX, e a política norte-americana do pós-guerra de reconstrução da Europa Ocidental e da capacidade japonesa para competir nos mercados mundiais. Contrariamente à análise leninista, o conluio mais de meio século, mais do que o breve período previsto pela sua «lei do desenvolvimento desigual».

5. Podemos destacar, refutando as hipóteses de subconsumo e de excesso de poupança, que a exportação do capital excedentário não era absolutamente essencial ao crescimento. Tal como o entenderam alguns marxistas revisionistas — Karl Kautsky e Eduard Bernstein, por exemplo — os capitalistas não estavam a jogar o jogo da «lei de ferro dos salários» para provocar a «pauperização» do proletariado. Na realidade, os padrões de vida dos trabalhadores estavam em ascensão e o poder de compra doméstico estava a aumentar em termos reais em consequência da actividade dos sindicatos e da concessão do direito de voto a um número crescente de pessoas.<sup>82</sup> Durante o período que vai de 1870 a 1914, entrou mais capital na Grã-Bretanha do que saiu, e uma proporção de três quartos do capital que saiu da Grã-Bretanha não provinha de companhias monopolistas mas consistia em empréstimos a governos e a serviços públicos de bens mistos.<sup>83</sup> As colónias não eram tão importantes para os padrões de investimento e comércio dos países capitalistas como a teoria indicava. Não mais que 10% dos investimentos ultramarinos franceses, no período anterior a 1914, eram dirigidos para o Império.<sup>84</sup> Além da Índia, as colónias, especialmente as africanas, não eram fonte de grande lucro para os britânicos. Raymond Aron escreve: «As duas nações que durante o meio século anterior à Primeira Guerra Mundial conquistaram os maiores territó-

rios, França e Grã-Bretanha, eram também as nações que, economicamente, menos precisavam de adquirir novas possessões.»<sup>85</sup> A maior parte do capital exportado dos países capitalistas avançados durante esse período ia para outros países industriais avançados ou para países como a Rússia que estavam a iniciar o seu desenvolvimento industrial — e que a França estava ansiosa em fortalecer por razões políticas e estratégicas face à Alemanha.

6. A tese leninista de que o imperialismo, tal como foi definido por Lenine, é a principal causa da guerra na era capitalista acabou por não resistir à crítica dos especialistas. As maiores guerras desde 1870 não foram desencadeadas, primeiramente, por motivos económicos. A Guerra dos Bóeres, na África do Sul, e a Guerra do Chaco, entre a Bolívia e o Paraguai (1932-1935), foram-no mas não o foram a Guerra Franco-Alemã, a Guerra Hispano-Americana, a Guerra Russo-Japonesa, nem a Guerra Turco-Italiana, e não o foram com certeza as duas guerras mundiais, as guerras israelo-árabes, a Guerra da Coreia, a guerra indo-chinesa, as guerras indo-paquistanesas de Caxemira e Bangladesh nem a Guerra do Vietname (embora alguns esquerdistas críticos da guerra no Ocidente tenham tentado, de forma pouco convincente, reduzir o conflito no Sudeste asiático a uma conspiração capitalista-imperialista, principalmente na medida em que os Estados Unidos foram identificados como o estado-director do sistema capitalista-imperialista).<sup>86</sup> É mais fácil defender essa tese no caso da Guerra do Golfo Pérsico de 1991 em que os estados ocidentais mostraram preocupação quanto ao acesso ao petróleo do Médio Oriente, mas o desafio da agressão iraquiana ao direito internacional, as políticas dos estados árabes, a segurança de Israel e outros factores também estiveram envolvidos. Porém, continua a ser difícil encontrar as motivações económicas por detrás dos trágicos conflitos religiosos e étnicos na Bósnia e no Kosovo.

No que diz respeito aos antecedentes da Primeira Guerra Mundial, Aron atribui um lugar central à rivalidade anglo-germânica, especialmente a corrida ao armamento naval, mas nega que isto tenha muito que ver com o capitalismo. Os britânicos estavam conscientes de que a Alemanha representava uma ameaça à sua prosperidade, mas também sabiam que cada país era o melhor cliente para os produtos um do outro. Se o imperialismo capitalista tivesse constituído o principal motivo para a entrada da Inglaterra na guerra em 1914, então esta deveria ter-se precavido contra aquele que era o seu mais importante adversário desde a viragem do século — os Estados

Unidos —, se bem que essa linha de acção fosse impensável.<sup>87</sup> «O marxismo não pode explicar o facto», escreve Gilpin, «de os três maiores rivais imperiais — a Grã-Bretanha, a França e Rússia — estarem de facto do mesmo lado [...] e de terem lutado contra uma Alemanha que tinha poucos interesses políticos fora do continente europeu.»<sup>88</sup> Em tempos mais recentes, ninguém sequer se preocupou em tentar mostrar o imperialismo económico como causa da Guerra da Coreia. Uma tarefa deste tipo é despropositada mesmo para o marxista mais empedernido. Kenneth Boulding escreveu que todo o benefício económico que os Estados Unidos esperassem retirar da Guerra do Vietname dificilmente valeria o preço de desencadear essa guerra nem que fosse por um único dia.<sup>89</sup> No conflito iraelo-árabe que se arrasta desde 1948, a tese de que a política americana tem assentado em considerações de imperialismo económico tem de ser confrontada com o facto do apoio dos Estados Unidos a Israel correr o risco de alienar os estados árabes produtores de petróleo. As anomalias destacadas deveriam servir para lançar uma dúvida séria quanto à capacidade explicativa da teoria leninista-estalinista.

Michael Doyle sugeriu que os primeiros teorizadores do imperialismo — nomeadamente, Hobson, Lenine e Schumpeter — estavam menos interessados em produzir explicações académicas de um fenómeno particular nas relações internacionais do que em produzir uma crítica política ou a defesa do capitalismo.<sup>90</sup> Doyle nega que as forças que movem e moldam o imperialismo sejam quer primariamente económicas quer primariamente militares. Ao contrário, elas são económicas, militares, políticas, sociais e culturais. «Tanto as oportunidades que dão origem ao imperialismo quanto os motivos que o orientam têm que ser encontrados na múltipla interacção entre metrópoles, periferias, forças transnacionais e incentivos sistémicos internacionais.»<sup>91</sup>

Enquanto Hobson, Lenine e Schumpeter procuram as causas nas metrópoles — o desejo de lucros financeiros, as necessidades do capital monopolista, os impulsos atávicos das elites militares — outros, como John Gallagher e Ronald Robinson, encontram as raízes do imperialismo nas crises das sociedades facas e vulneráveis das periferias africana, asiática e latino-americana. Benjamin Cohen, Kenneth Waltz, A. J. P. Taylor, Morton Kaplan, Edward Gulick, entre outros teorizadores, explicam o imperialismo como consequência normal da dinâmica estrutural própria de um sistema internacional em que os estados mais fortes se envolvem num processo de equilíbrio de poderes e, como tal, exercem a sua supremacia sobre os estados mais fracos.<sup>92</sup>

Robert Gilpin sintetizou sumariamente o debate acerca da «lei de desenvolvimento desigual» de Lenine enquanto explicação causal para o imperialismo chegando à conclusão de que não há método fiável que possa resolver esta controversia teórica. Cada parte nesta controversia rejeita liminarmente os dados aduzidos pela outra, o que faz com que cada académico

tenha que proceder a uma escolha assente nos seus pressupostos básicos acerca da relação entre política e economia no sistema internacional. Gilpin opta pelo realismo político e defende, a par do economista Simon Kuznets, que o crescimento económico desigual desencadeia o conflito político porque coloca uma ameaça ao *status quo* político.<sup>93</sup>

## O LIBERALISMO ECONÓMICO NO PÓS-SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Apesar do predomínio do realismo político nas relações internacionais, após a Segunda Guerra Mundial (com a excepção de certos impulsos ideológicos do género da proposta de «partilhar os segredos da bomba H» com a União Soviética), este período testemunhou um renascimento do pensamento económico liberal que tinha sido desacreditado pela curva ascendente do particularismo nacionalista entre 1929 e 1944. A depressão, o abandono do padrão-ouro e as exigências da guerra tinham trazido o controlo das taxas cambiais, o proteccionismo e as restrições governamentais quase completas ao comércio internacional por todo o mundo. Muitos decisores políticos (nomeadamente Cordell Hull) e economistas liberais estavam convencidos de que a imposição de controlos estatais nos anos 1930 tinha contribuído grandemente para o aumento da hostilidade internacional e para a guerra. Em 1944, num esforço liderado pelos ministérios das finanças dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, 44 nações aliadas reuniram-se em Bretton Woods, New Hampshire, no verão de 1944 e redigiram o que os conferencistas esperavam que fosse a carta de uma nova ordem monetária internacional liberal. De acordo com Benjamin J. Cohen, a ordem anterior à guerra, e agora repudiada, tinha sido caracterizada pela livre flutuação das taxas de câmbio (por vezes mesmo caótica) que tentava os países a procurarem vantagens comerciais procedendo a desvalorizações competitivas destinadas a estimular as exportações e a desencorajar as importações (um problema recorrente até hoje). As nações não desejavam regressar ao tempo das taxas fixas que eliminaria a flexibilidade das soluções para as crises económicas internas.<sup>94</sup> (Este é também um problema persistente.) Outra característica do desacreditado sistema anterior era a falta de um mecanismo institucional internacional para lidar com os problemas fundamentais da recuperação face à destruição do tempo da guerra e a incapacidade flagrantemente para iniciar um novo processo de crescimento económico e de desenvolvimento.

A Conferência de Bretton Woods estabeleceu duas novas instituições financeiras, uma delas para lidar com problemas temporários de desequi-

líbrios de curto prazo da balança de pagamentos e a outra para fornecer empréstimos de longo prazo na ajuda ao desenvolvimento. A primeira foi o Fundo Monetário Internacional (FMI), visando executar três funções principais descritas por Benjamin Cohen nos seguintes termos: 1) para impedir grandes défices comerciais que diminuiriam a liquidez internacional e restringiriam o comércio, os países teriam que contar com um acesso garantido a reservas monetárias que permitissem empréstimos de curto prazo. Isto seria conseguido através de um fundo comum de moedas nacionais e outro suscrito pelos países-membros de acordo com um sistema de quotas complexo e quase directamente proporcional ao seu peso relativo na economia mundial. O FMI serviria assim de «prestamista de último recurso» para países com graves desequilíbrios na balança de pagamentos, caso estes se comprometessem a levar a cabo um «esforço razoável» (nunca definido com precisão) para superar os seus défices; 2) os governos ficavam proibidos, com poucas excepções específicas e razoáveis, de recorrer a práticas monetárias discriminatórias ou impor controlos cambiais; 3) visando corrigir a «deriviva» nociva dos anos 1930, altura em que a Grã-Bretanha não dispunha da capacidade e os Estados Unidos a vontade para dirigirem o mundo e retirarem-no da depressão, o FMI deveria fornecer um espaço de consulta e cooperação para a gestão das relações monetárias internacionais. (Esta ideia foi a precursora das posteriores reuniões do G-7 entre as principais nações industrializadas.) O regime previsto em Bretton Woods levou os governos a esperarem, no pós-guerra, um período de estabilidade monetária sem desequilíbrios excessivos ou rupturas na balança de pagamentos susceptíveis de sufocar o comércio. Tamanho optimismo revelou-se infundado já que os arquitectos do FMI não puderam prever a rápida expansão do volume e da complexidade do comércio internacional no pós-guerra. Só a força da economia norte-americana, que fez do dólar a principal divisa do comércio internacional, do investimento e da assistência à reconstrução (no Plano Marshall), e a principal reserva de activos financeiros dos bancos centrais, foi permitindo a sobrevivência do sistema de Bretton Woods até que a Administração Nixon desvalorizou o dólar em 1971.<sup>95</sup> As razões do colapso do regime de Bretton Woods serão explicadas mais abaixo.

A segunda instituição estabelecida em 1944, em grande medida devido ao chamamento de John Maynard Keynes, foi o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) que se tornou conhecido simplesmente por Banco Mundial. Enquanto o FMI se destinava a lidar com os problemas da balança de pagamentos de curta ou média duração, o Banco Mundial visava financiar projectos de longo prazo na promoção do desenvolvimento. Esperava-se, desde o seu estabelecimento, que o Banco Mundial desempenhasse um papel importante na reconstrução de uma Europa devas-

nada pela guerra, mas essa tarefa foi levada a cabo pelo Plano Marshall em que os Estados Unidos forneceram à Europa, entre 1948 e 1952, uma ajuda no valor de 13 biliões de dólares. O Banco Mundial rapidamente transferiu a sua actuação para os desafios mais urgentes do auxílio às regiões mais pobres e menos desenvolvidas do mundo extra-europeu. O Banco funciona com base em mercados de capitais privados através da emissão de títulos e empresa dinheiro não às nações desenvolvidas mas apenas às que não conseguem obter empréstimos através de mecanismos comerciais convencionais. Também gere a Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID) que é subsidiada pelos estados mais ricos e empresta dinheiro, sem juros e com baixos encargos de serviço da dívida, a longo prazo (até 40 anos), aos países mais pobres. Ao longo de meio século, tem vindo a ajudar muitos países a atingirem resultados impressionantes — mais na Ásia do que na América Latina e menos ainda em África. Por todo o mundo, as taxas de esperança média de vida, de mortalidade infantil, a produção alimentar, a alfabetização de adultos e o acesso a água potável e cuidados médicos têm melhorado de forma espectacular. Ainda que mais de um bilião de pessoas continue a viver em situações de pobreza extrema, os defensores do Banco Mundial acreditam que a situação seria muito pior se o Banco não existisse.<sup>96</sup> Contudo, a instituição tem sido criticada pelo financiamento de projectos fracassados, tendo-se dado ao luxo de ser usada como instrumento da Guerra Fria no apoio a ditaduras e regimes militares repressivos, por beneficiar países ricos à custa dos pobres e ignorar os perigos ambientais que resultam de alguns dos seus projectos de desenvolvimento.<sup>97</sup>

Em Agosto de 1971, o Presidente Richard Nixon revogou unilateralmente o compromisso dos Estados Unidos com os acordos monetários de Bretton Woods quando se recusou a trocar mais IOU's (*I owe you*) por reservas de ouro norte-americanas e retirou o dólar do sistema de taxas de câmbio fixas. Este facto conduziu de novo à flutuação das taxas de câmbio que passaram a estar determinadas pelos mercados e não pelos governos, além de que levantou problemas na primeira tentativa europeia de estabilização monetária dentro da sua região.<sup>98</sup> Nixon tomou esta medida tão dramática — os japoneses chamam-na *shoku* — como reacção às tendências surgidas mais de uma década antes. Até 1958, as nações industrializadas haviam passado por uma escassez de dólares, momento a partir do qual a tendência passou a ser a de um excesso de dólares. Em função dos «milagres económicos» experimentados pelos países europeus e pelo Japão, os aliados, desejosos de evitar maiores acumulações de dólares, começaram a converter as suas divisas em ouro. Em 1960, Robert Triffin, um economista de Yale, alertou para o facto de que «um dólar forte e défices crónicos norte-americanos não podiam coexistir indefinidamente».<sup>99</sup> O dilema colocado por Triffin resultava de que os Esta-

dos Unidos eram uma potência política, militar e económica hegemónica com responsabilidades de defesa e dissuasão mundiais. No último ano da Administração Eisenhower, os economistas começaram a recear que o país tivesse alargado de mais a sua influência. A preocupação suscitada pelo livro de Triffin, *Gold and the Dollar Crisis*, era a de que os governos e bancos privados viessem a perder a confiança no dólar de tal forma que o sistema de Bretton Woods «acabaria por ruir ou o défice de pagamentos americano acabaria, o fornecimento de reservas monetárias acabaria por contrair e a expansão económica [...] cessaria».<sup>100</sup> Conservador no tocante às finanças públicas, Eisenhower ponderou reffear o fluxo de dólares para o exterior chamando de retorno a casa os familiares dos militares norte-americanos que viviam na Europa da OTAN. Depois de iniciar funções, a Administração Kennedy rejeitaria contudo a ideia, alegando que a medida prejudicaria o moral das tropas e assustaria os aliados, colocando-os na expectativa de uma retirada total norte-americana ou mesmo de uma guerra.<sup>101</sup> Apesar de que tanto o sistema de Bretton Woods como o Plano Marshall representaram uma abordagem audaciosa e uma resposta célere e generosa aos problemas do pós-guerra, ambos assentavam também em princípios liberais clássicos e determinados mais por interesses egoístas do que pelo altruísmo. De facto, a estabilidade económica internacional e a expansão do comércio eram úteis para os negócios, especialmente para as exportações americanas. Durante vários anos, o dilema de Triffin interessou apenas aos académicos. Os responsáveis políticos em Washington estavam satisfeitos com aquilo que Benjamin J. Cohen chamou «negócio implícito» que tinha sido celebrado entre os Estados Unidos e os seus principais aliados — a Europa e Japão:

Os aliados dos americanos consentiram num sistema hegemónico que concedia aos Estados Unidos privilégios especiais para actuarem no exterior de forma unilateral para promoverem os interesses (políticos e estratégicos) norte-americanos. Os Estados Unidos, por seu lado, permitiam aos seus aliados utilizar o sistema para promoverem a sua própria prosperidade económica, ainda que tal se viesse a verificar, largamente, à custa dos Estados Unidos.<sup>102</sup>

Durante a Ronda Kennedy do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT)\*, iniciada em 1962 e concluída em 1967, as barreiras proteccionistas americanas sobre os produtos agrícolas foram reduzidas, apesar dos protestos dos agricultores americanos que não conseguiram obter concessões equivalentes da Comunidade Económica Europeia.

\* As origens e os fins do GATT serão sumarizados na secção «Negociações comerciais internacionais».

Durante os anos 1960, os Estados Unidos e os seus aliados envolveram-se em alguns desaguisados. Os políticos americanos acusavam os europeus de não estarem a partilhar adequadamente os encargos de defesa da OTAN, e isto apesar da prosperidade patrocinada pelos Estados Unidos. Ao realçarem que contribuían com o grosso das forças convencionais da OTAN, os europeus alegavam que estavam a contribuir com o seu quinhão para a dissuasão nuclear norte-americana na Europa.<sup>103</sup> Censuravam Washington por ter sugerido que defendia a Europa por motivos altruístas e não por interesses estratégicos egoístas. A classe empresarial americana queixava-se da competitividade crescente da Europa e do Japão e acusavam estes de práticas comerciais desleais e discriminatórias. Os Estados Unidos pretendiam que os seus aliados revalorizassem as suas moedas enquanto aqueles retorquiram que os Estados Unidos deveriam reduzir os seus défices orçamental e comercial. Após uma série de crises de liquidez em meados dos anos 1960, as dez principais potências industriais do mundo criaram em 1969, e no papel, um novo instrumento financeiro designado por Direito de Saque Especial (DSE) «para servir enquanto unidade de conta internacional, cambiável entre os bancos centrais, para complementar as reservas de activos fiscais de cada estado-membro».<sup>104</sup> O valor dos DSE tinha como referência um painel das cinco moedas mais importantes: o dólar, o marco alemão, o franco francês, o iene japonês e a libra britânica. Nos finais dos anos 1960, a Guerra do Vietname sobreaquecia uma economia norte-americana até então estável. E uma vez que muitas das moedas estrangeiras estavam indexadas ao dólar, a inflação norte-americana era exportada para o estrangeiro. A retórica da culpa intensificou-se mas nunca atingiu o ponto do conflito entre capitalistas tão ansiosamente esperado pelos discípulos de Lenine e Estaline. Em qualquer caso, e no início dos anos 1970, os americanos iam ficando desiludidos com a liberalização do comércio.<sup>105</sup> Quando o sistema cambial de Bretton Woods, que era formalmente liberal mas realista nos seus propósitos, já não servia o interesse nacional norte-americano, foi descartado. As duas instituições financeiras principais do sistema — o FMI e o Banco Mundial — foram conservadas e continuaram a funcionar num ambiente mais complexo de taxas cambiais flutuantes.

## MARXISTAS, NEOMARXISTAS E TERCEIRO MUNDO

A teoria marxista na sua generalidade e a teoria leninista do imperialismo capitalista sobreviveram e floresceram desde a Segunda Guerra Mundial, em especial entre os intelectuais dos países menos avançados (PMA) do

Terceiro Mundo e entre muitos marxistas, neomarxistas e «quase-marxistas» dos países industrializados, capitalistas, sociais-democratas e socialistas/comunistas. As duas principais linhas do pensamento neomarxista relevantes para o Terceiro Mundo são a teoria da dependência e a que lhe está intimamente ligada — a teoria do sistema-mundo capitalista. Antes de examinarmos estas duas últimas, é preciso determo-nos naquilo que os marxistas, neomarxistas e quase-marxistas contemporâneos têm dito sobre o imperialismo capitalista ocidental no contexto do Terceiro Mundo.

Os escritores marxistas contemporâneos que aderiram, ainda que de forma dúbia, à teoria leninista do imperialismo, acusam com frequência o colonialismo ocidental de ter suprimido o desenvolvimento económico, social e político dos países que hoje constituem o Terceiro Mundo e o Ocidente por ainda hoje ser responsável pela pobreza desses países. Na esteira de Lenine, Khrushchev havia defendido que os progressos económicos conseguidos por alguns países ocidentais se deviam ao subdesenvolvimento da Ásia, África e América Latina. Os governos ocidentais eram frequentemente acusados de terem fracassado, durante a era de domínio colonial, na utilização que fizeram do planeamento económico centralizado nos territórios que administravam (uma ideia bem anticapitalista) e na promoção do crescimento da indústria indígena através de tarifas proteccionistas (uma noção proteccionista e realista). André Gunder Frank negou que o subdesenvolvimento fosse imputável ao que restava das instituições arcaicas e à escassez de capital em regiões isoladas da periferia da história mundial. «Pelo contrário, o subdesenvolvimento era e ainda é gerado pelo mesmo processo histórico que também gerou o desenvolvimento económico: o desenvolvimento do próprio capitalismo.»<sup>106</sup>

Os marxistas na sua generalidade acusam o Ocidente — o sistema-mundo capitalista, melhor dizendo — de manter os países pobres numa posição de subordinação, dependência ou escravidão ao limitarem os seus investimentos às indústrias extractivas (de matérias-primas) e através da ocidentalização, subjugação e suborno das novas elites empenhadas em modernizar as suas sociedades. Antes da descolonização, os marxistas previram que quando os territórios coloniais alcançassem a independência política, também se tornariam senhores do seu próprio destino económico e, deste modo, os capitalistas lutariam até ao fim para impedir uma autodeterminação que acarretaria o colapso do sistema capitalista. O próprio Marx via a penetração de capital e o imperialismo como forças de progresso que traziam a civilização e o capitalismo, tudo requisitos essenciais para a instauração do socialismo.

Após a Segunda Guerra Mundial, os europeus executaram, em passo acelerado, o processo de descolonização. Em finais dos anos 1960, a maior parte das colónias da Ásia e África tinha atingido a independência, muitas sem a

preparação adequada. Os capitalistas ocidentais não tinham, por certo, lutado efectivamente para as manter como colónias. Os britânicos e os belgas — senão mesmo os franceses, os holandeses e os portugueses — pareciam por vezes quase ansiosos de se livrarem dos seus impérios, como se estes fossem mós penduradas nos seus pescoços.<sup>107</sup> O conflito esteve de facto presente nos processos de independência de algumas possessões imperiais — Argélia, Indonésia, Chipre, Congo, Quênia, Índia e Paquistão (nos últimos casos devido a divisões religiosas históricas no subcontinente). Contudo, mais de quarenta territórios coloniais na Ásia e na África atingiram o estatuto de independência com pouca ou nenhuma violência. Mais ainda, e como o padrão de vida das massas nos estados ocidentais capitalistas assentava, alegavam os marxistas, na exploração das populações nativas, o fim dos impérios deveria ter conduzido a um declínio sensível dos padrões de vida ocidentais. Tal não ocorreu e, pelo contrário, a formação da Comunidade Económica Europeia (agora União Europeia) trouxe um crescimento económico e uma prosperidade sem precedentes na década da descolonização.

Apesar do tendência da Ásia e da África em direcção à descolonização política, a União Soviética alertou frequentemente para o facto das nações ocidentais estarem a procurar novas formas de subordinação dos países economicamente subdesenvolvidos.<sup>108</sup> A teoria comunista oficial destacava a Comunidade Económica Europeia como instrumento do neocolonialismo contra o qual os novos estados tinham que estar particularmente em alerta.<sup>109</sup> Logo após a independência, o desenvolvimento económico nos países do Terceiro Mundo não arrancou de forma sensível, antes continuou como até aí. Esta realidade histórica do processo de descolonização e as suas consequências obrigaram a mais alterações da teoria marxista-leninista. A independência política das antigas colónias foi descrita pelos marxistas como um embuste, uma vez que não conduziu a melhorias significativas no seu nível económico. Os países pobres, afirmavam os marxistas, ainda estavam aprisionados no sistema capitalista e estavam a ser empobrecidos pela lei de ferro dos preços. Esta nova explicação revelava a falência da previsão de que os capitalistas lutariam empenhadamente para manterem as suas colónias: é que os capitalistas sabiam que não teriam qualquer dificuldade para manterem a sua dominação económica. Como afirmou Ralph Pettman, a velha forma de imperialismo político e militar deu lugar, na segunda metade do século XX, a um neo-imperialismo que abdicava do controlo directo do território em favor dos laços político-económicos e político-culturais baseados no conluio entre os capitalistas mundiais e as elites «compradoras» do Terceiro Mundo que beneficiavam da facilitação do comércio, do investimento e das actividades laborais com os países industrializados.<sup>110</sup> Thomas E. Weisskopf apontou vários factores que operavam no siste-

ma-mundo capitalista e que, na sua perspectiva, reforçavam a subordinação dos países pobres aos países ricos:

- As elites em ascensão nos países pobres são persuadidas a imitarem os padrões de consumo da burguesia dos países ricos e a gerarem a procura das importações ocidentais para satisfazer o consumo das elites e sem contribuírem para o desenvolvimento económico.
- A fuga dos cientistas, engenheiros, gestores e outros técnicos qualificados dos países pobres para os países ricos aumenta a dependência dos PMA em relação às regiões industrializadas.
- As iniciativas privadas estrangeiras perpetuam as condições que tornam o capital estrangeiro indispensável e desencorajam o crescimento do conhecimento, tecnologia, capacidades e incentivos do país hospedeiro que potenciariam a sua independência.
- Os capitalistas ocidentais criam uma aristocracia assalariada nos países pobres ao pagarem a um pequeno número de trabalhadores especializados salários mais elevados em vez de pagarem salários mais baixos a um maior número de trabalhadores não qualificados.<sup>111</sup>

A teoria de Weiskopf fornece a ligação entre o marxismo e a teoria da dependência tratada mais adiante neste capítulo.

Os marxistas rejeitam o argumento liberal de que a prosperidade da sociedade ocidental se tem devido à energia humana, ao engenho científico, à especialização tecnológica, à eficiência de gestão e organização, às economias de escala e ao ambiente de liberdade política em que as decisões económicas, embora sujeitas a regras de política pública, são tomadas sem que excessivas restrições sejam impostas por burocratas centralizadores. Em vez disso, explicaram que a prosperidade resulta, em larga medida, da exploração dos povos da Ásia, África e América Latina pelo capitalismo europeu e americano. Essa é uma exploração em que participam os próprios trabalhadores burgueses do Ocidente. No sentido de compensarem o parodoxo representado pelo contínuo crescimento dos padrões de vida ocidentais ainda após a perda do império, os marxistas reforçaram cada vez mais o argumento de que as economias ocidentais estavam a ser estimuladas artificialmente pela corrida armamentista.

A ideia de que a exploração colonial havia sido substituída pela corrida ao armamento não resistiu a uma análise séria. Os Estados Unidos, que em comparação com as nações europeias dispunham de um império colonial marítimo muito reduzido (e até, aos olhos dos europeus, de uma ideologia anticolonial), seriam sempre, após a Segunda Guerra Mundial, o principal defensor da civilização ocidental, independentemente dos desenvolvimentos

ocorridos no mundo colonial. As nações da Europa Ocidental, que renunciaram a possessões coloniais extraordinariamente grandes, foram afectando à defesa percentagens mais baixas do seu produto nacional do que as dos Estados Unidos, e é mesmo possível demonstrar que durante a Guerra Fria os padrões de vida na Alemanha Ocidental, na França e no Japão cresceram de forma mais rápida que nos próprios Estados Unidos.

Entre os teorizadores marxistas que no pós-Segunda Guerra Mundial argumentaram que a política externa americana era essencialmente imperialista, Harry Magdoff foi um dos autores mais destacados. Magdoff criticou os que defendiam que os objectivos políticos e a segurança nacional, mais do que o imperialismo económico, eram os principais objectivos da política externa norte-americana. De acordo com esse entendimento, afirmava Magdoff, o comércio e investimento internacionais representam uma percentagem tão pequena do PNB dos Estados Unidos (menos de 5% no que diz respeito ao volume total das exportações) que os factores económicos não seriam suficientes para determinar a política externa americana. Segundo este autor, este tipo de *ratio* não constitui um indicador adequado das motivações da política externa. Mais ainda, os interesses estrangeiros dos empresários americanos é muitas vezes maior que o volume da exportação de mercadorias. Magdoff estimou que a amplitude do mercado externo para todas as empresas norte-americanas (as domésticas e as deitadas no estrangeiro) representava cerca de dois quintos da produção doméstica de todos os campos, fábricas e minas. Via, assim, a actividade económica externa a adquirir uma importância crescente para este país e para a sua política de segurança interna justificada, em regra, em termos políticos e militares:

As bases militares disseminadas, as actividades militares projectadas para cenários distantes e o conseqüente complexo de despesas internas e no estrangeiro serviu muitos dos propósitos dos interesses especiais da comunidade empresarial: 1) a protecção das presentes e potenciais fontes de matérias-primas; 2) a garantia dos mercados estrangeiros e do investimento externo; 3) a manutenção das rotas comerciais marítimas e aéreas; 4) a preservação das esferas de influência em que os Estados Unidos conseguem margens competitivas de investimento e comércio; 5) a criação de novos clientes estrangeiros e de oportunidades de investimento pela via da assistência militar e económica externa; e, mais regularmente, 6) a manutenção da estrutura dos mercados capitalistas mundiais não apenas, e directamente, para os Estados Unidos, mas também para os seus parceiros menores entre as nações industrializadas.<sup>112</sup>

O marxismo foi, muitas vezes, monopolizado por disputas retóricas internas ao campo — por exemplo, entre revisionistas e leninistas. Depois do

sistema liberal de Bretton Woods assente em taxas de câmbio fixas ter sido abandonado, em 1971, os autores marxistas divergiram quanto ao futuro do imperialismo capitalista. Manter-se-ia a hegemonia americana, nessa altura inquestionada, de forma indefinida num sistema imperialista globalmente unificado, ou iriam emergir centros nacionais/regionais rivais para competirem com a posição norte-americana num mundo mais conflituoso? Harry Magdoff, Paul Sweezy e outros marxistas anteviam que a supremacia dos Estados Unidos cresceria progressivamente simplesmente porque as empresas capitalistas americanas, sendo as maiores, de mais rápido crescimento e mais avançadas tecnologicamente, conquistariam as áreas-chave da economia industrial europeia e forçariam o Japão a abrir os seus mercados. As burguesias europeia e japonesa seriam «desnacionalizadas» e não teriam outra opção senão condescender. A rivalidade entre os capitalistas nacionais prevista por Lenine e Esaline diminuiria e seguir-se-ia um imperialismo dirigido pelos Estados Unidos acompanhado da permanente exploração do Terceiro Mundo.<sup>113</sup>

Em 1971, Bob Rothorn e Ernest Mandel, entre outros marxistas, pintaram um cenário diferente. Previam que as fusões e aquisições na Europa desencadeadas pela integração económica rumo a um mercado comum e a uma unidade política do tipo «superestado», assim como o desenvolvimento comparável de «economias de escala» no Japão, tudo iria, com tempo, reduzir o tamanho e vantagens da eficiência das empresas americanas. Por seu lado, este facto deveria conduzir a uma competição mais acérrima e a contradições e conflitos alargados entre sistemas capitalistas nacionais e regionais.<sup>114</sup> A medida que o século xx chegava ao fim, a Europa encontrava-se em transição para uma união monetária e para uma moeda única (o euro), enquanto o Japão lutava para recuperar da sua pior recessão do pós-guerra e os marxistas não podiam estar mais certos que os liberais ou que os realistas relativamente às tendências da economia internacional. A robusta economia americana ainda parecia hegemónica, a despeito de receos ocasionais da «bolha» prestes a rebentar.

Johan Galtung, teorizador norueguês, concebia as relações comerciais entre a Europa e os países do Terceiro Mundo em termos de uma dominação estrutural — a já referida exploração de mão-de-obra barata acrescida de dois meios adicionais de perpetuação do *status quo*: a *fragmentação* (a relativa ausência de relações económicas horizontais entre os países em desenvolvimento) e a *penetração* (que envolve o crescimento, já aludido, dos relacionamentos económicos, educacionais, culturais, entre outros, entre as elites em ascensão dos países do Terceiro Mundo e os anteriores poderes das metrópoles).<sup>115</sup> Galtung culpava a Comunidade Europeia de permitir aos estados africanos associados apenas a produção de bens manufacturados

que tivessem deixado de ser competitivos com as suas próprias exportações. Não obstante o facto de garantir o estatuto de «associados» e preferências tarifárias selectivas a certos estados africanos, Galtung considera que a Comunidade Europeia lhes concede uma posição privilegiada face ao resto do Terceiro Mundo fragmentando, desta forma, o «Grupo dos 77» na CNUCED (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento).<sup>116</sup> Galtung, que não era marxista, empregou na sua teoria estrutural do imperialismo várias categorias de pensamento usadas pelos marxistas. Contudo, e contrariamente a Lenine, Galtung considerava imperialista qualquer sistema de relações entre centro e periferia em que os estados são desiguais.<sup>117</sup> (Ver também as perspectivas de Galtung, mais adiante neste capítulo, na parte dedicada à Nova Ordem Económica Internacional ou NOEI.)

## AS CRÍTICAS AOS MARXISTAS E AOS NEOMARXISTAS

Antes de passarmos às teorias da dependência e do sistema-mundo capitalista é preciso atentar nas críticas que os autores liberais e realistas têm feito às ideias expostas na última secção.

Os marxistas e muitos outros que responsabilizam o Ocidente pela pobreza dos PMA têm sido claramente criticados por simplificarem demasiado a situação. Os aspectos positivos não importam pois é sempre fácil (e em regra verdade) dizer que era preciso fazer mais. Contudo, e como diz P. T. Bauer, culpar os governos europeus de terem fracassado no tocante ao desenvolvimento económico dos seus impérios quando detinham essas responsabilidades é «sobreevaluar as potencialidades do poder estatal como instrumento de progresso económico».<sup>118</sup> Na realidade, insiste Bauer, o estatuto colonial não era incompatível com o desenvolvimento económico. Atendendo a que o crescimento económico em África era praticamente nulo antes da chegada dos europeus, entre 1890 e 1960, o comércio na costa ocidental africana (em especial na Costa do Ouro e na Nigéria) aumentou 100 vezes ou mais. De acordo com Bauer,

é altamente provável que o estabelecimento do regime colonial na África e na Ásia tenha promovido, e não retardado, o progresso material. Com relativamente pouca coacção ou interferência nas vidas da grande maioria do povo, os governos coloniais estabeleceram a ordem e a lei, salvaguardaram a propriedade privada e as relações contratuais, organizaram os transportes e cuidados de saúde básicos e introduziram algumas instituições financeiras e legais modernas. O ambiente resultante também promoveu o estabelecimento

ou extensão dos contratos externos que, por seu lado, encorajaram o fluxo de recursos externos. [...] É pouco provável (embora não possa ser provado de forma conclusiva) que, na ausência de um regime colonial, o ambiente social, político e económico na África e Ásia coloniais tivesse sido mais propício ao progresso material.<sup>119</sup>

Bauer faz a observação notável de que os estados africanos que não estiveram sujeitos ao imperialismo ocidental — Libéria e Etiópia — estão hoje economicamente mais atrasados que os seus vizinhos que foram colonizados.<sup>120</sup> A relação entre o Ocidente e os povos coloniais esteve longe de se reduzir a uma exploração unívoca. É que com a dominação ocidental veio a alfabetização e a educação, os hospitais, a higiene, os métodos sanitários e, pelo menos, um conhecimento científico e tecnológico rudimentar. O impacto político do Ocidente nas terras coloniais foi, em alguns aspectos, maior que o impacto económico. Os conceitos de independência, autodeterminação, liberdade e igualdade soberana que os povos da África e da Ásia emprezaram com grandes resultados no pós-Segunda Guerra Mundial para expressarem as suas aspirações políticas foram, como Hans Kohn revelou, tomados de empréstimo do vocabulário político ocidental pelos dirigentes nativos que tinham recebido a sua educação universitária nos países ocidentais.<sup>121</sup>

Outros analistas não marxistas têm argumentado, de forma convincente, que não existe relação necessária entre a pobreza e a dependência que os países do Terceiro Mundo têm das indústrias extractivas e da agricultura. Os casos da Austrália e da Nova Zelândia colocam um desafio sério às premissas fundamentais desta lei férrea específica. Discordando de Galtung, Andrew Mack escreve:

As relações comerciais económicas que ligam a Austrália e a Nova Zelândia aos países industrializados e ricos são precisamente as que Galtung sustentou que caracterizam as relações entre o Terceiro Mundo e a Comunidade Europeia e que, além do mais, também constituem a origem do subdesenvolvimento desse Terceiro Mundo. Ambos os países dependem da exportação de produtos do sector primário [...] caracterizados por níveis baixos ou inexistentes de transformação. Por outro lado, ambos os países dependem de importações que se situam, tipicamente, no sector dos produtos altamente transformados. [...] Por outras palavras, ambos os países encontram-se na parte mais baixa da divisão vertical do trabalho internacional. [...] Contudo, ambos têm experimentado um crescimento económico estável e um grau significativo de industrialização interna. Isto é, de facto, uma anomalia que a teoria de Galtung não consegue explicar.<sup>122</sup>

Os analistas marxistas parecem acreditar que tudo o que os capitalistas fazem constitui exploração. Condenam de igual modo os governos e empregados ocidentais por não terem feito mais no sentido de ajudarem os territórios coloniais e os estados independentes que lhes sucederam. Raramente os marxistas descrevem o que os capitalistas deveriam ter feito no sentido do desenvolvimento económico do Terceiro Mundo e não fizeram. Talvez os marxistas não o possam fazer pois, por definição, quanto mais activos os capitalistas são, mais exploradores são. Os marxistas também assumem que o sistema socialista não poderá nunca ser explorador. Aqui preferem ignorar a actuação da União Soviética na Europa de Leste no pós-guerra. Ao longo de muitos anos, as elites dos PMA foram fortemente atraídas pelo modelo soviético de desenvolvimento económico. Desde a fragmentação da URSS, essas mesmas elites têm vindo a enaltecer as virtudes da economia de mercado e a procurar os investimentos capitalistas. É-lhes difícil, contudo, livrarem-se dos padrões mentais do marxismo-leninismo que lhes foram inculcados ao longo de grande parte do século xx.

A expansão imperialista soviética do pós-guerra na Europa de Leste forneceu, no início, vantagens económicas (produção agrícola e industrial planificada, tecnologia e qualificações laborais aproveitadas e uma área geográfica alargada para a economia planificada).<sup>123</sup> Quando Moscovo tentou expandir a sua influência para o Terceiro Mundo, durante os anos de Khrushchev, foi altamente selectivo na identificação (e proclamação) do volume limitado de ajuda externa a prestar a dez países.<sup>124</sup> A maior parte da ajuda enviada para o Terceiro Mundo (Coreia do Norte, Egipto, Vietname do Norte, Argélia, Líbia, Síria, Iraque, Cuba, Somália, Etiópia e Angola) provinha do seu sector industrial mais produtivo — a produção militar. A negligência dos bens de consumo foi um dos principais legados da era estatalista.

## O IMPERIALISMO COMO PALAVRA DE ORDEM POLÍTICA

O imperialismo manteve-se como palavra de ordem ou senha da política internacional no período anterior à última década do século xx. Frequentemente, a teoria leninista tem sido criticada pelo seu eurocentrismo simplista mas o termo acabaria por ser aplicado de forma universal após a Segunda Guerra Mundial. Todas as potências dominantes empregaram o termo para descrever as políticas dos seus rivais. Os nacionalistas árabes censuraram o imperialismo britânico e americano-sionista no Médio Oriente. Era inevitável que as actividades das companhias petrolíferas norte-americanas no Médio Oriente e das companhias de frutas na América Latina fossem identi-

ficadas como exemplos acabados do imperialismo e que os acordos comerciais entre a Comunidade/União Europeia e os estados associados da África e Ásia fossem caracterizados como instrumentos do neo-imperialismo. No final dos anos 1950, o dirigente indonésio Sukarno e outros neutralistas do Terceiro Mundo denunciaram o Ocidente por ter subjugado todos os povos que viviam ao longo da rota imperialista que vai do oceano Atlântico ao oceano Índico e ao mar da China Meridional.<sup>125</sup> Até finais da década de 1960, quando a União Soviética substituiu os Estados Unidos na categoria de principal inimigo de Pequim, Mao Tsé-Tung, aderindo à linha dura do estalinismo, fez do imperialismo a principal palavra de ordem na guerra de propagação chinesa contra os Estados Unidos. Desenvolvimento após desenvolvimento — a nacionalização levada a cabo por Mossadegh da Companhia Petrolífera Anglo-Iraniana (1951), a derrota das forças francesas em Dien Bien Phu (1954), a nacionalização de Nasser da Companhia do Canal do Suez (1956), a ascensão de Castro ao poder (1960), a retirada norte-americana do Vietname (1975), o derrube do Xá do Irão e a vitória dos sandinistas na Nicarágua (1979), cada um deles foi comemorado, por todo o Segundo e Terceiro Mundos, como um triunfo histórico sobre o imperialismo ocidental.

A maior parte dos teorizadores ocidentais das relações internacionais e dirigentes políticos ocidentais via a dominação soviética da Europa de Leste como fenómeno do imperialismo, ainda que os intelectuais do Terceiro Mundo não estivessem muito familiarizados com a supressão do levantamento húngaro, em 1956, pelas forças soviéticas. Kenneth E. Boulding escreveu:

É praticamente impossível explicar o imperialismo moderno em termos económicos. A única excepção possível é, paradoxalmente, o imperialismo socialista exercido pela União Soviética na Europa de Leste, e em especial na Alemanha Oriental, após a Segunda Guerra Mundial. A União Soviética provavelmente extraiu mais dividendos da Alemanha Oriental nos dez anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial do que a Grã-Bretanha, em duzentos anos, em relação à Índia.<sup>126</sup>

Durante as três décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, os neutralistas do Terceiro Mundo pareciam dar por garantido, como muitos o tinham feito já antes, que os imperialistas são pessoas que chegam, de barco, de terras distantes. Todos aqueles que impunham o seu domínio exclusivamente por terra foram, durante muito tempo, excluídos da definição de imperialismo. Foi a República Popular da China, que se tinha deixado envolver em algumas aventuras imperialistas contra a Índia e o Tibete, que começou a utilizar a acusação de imperialismo contra a União Soviética e de uma forma credível para as elites esquerdistas do Terceiro Mundo.

Enquanto tentava substituir a União Soviética na liderança das forças da revolução mundial, Mao acusou, em primeiro lugar, os dirigentes soviéticos de revisionismo, aburguesamento e traição à revolução através do conluio com os capitalistas imperialistas para o controlo do armamento. Depois, os dirigentes chineses condenaram os imperialismos capitalista e socialista de uma só assentada. Mais tarde ainda, começaram a indicar que viam o imperialismo socialista da União Soviética como uma ameaça maior do que o imperialismo capitalista dos Estados Unidos, e passaram a agir como se aceitassem melhor a aliança tácita com o inimigo mais distante contra o inimigo mais próximo. Ao mesmo tempo, encorajavam o reforço da OTAN, apelavam à Europa que se unisse e avisavam o Ocidente para não levar demasiado a sério o desanuviamento promovido pelos soviéticos. Em Julho de 1978, os ministros dos Negócios Estrangeiros de mais de 100 estados não-alinhados, reunidos em Belgrado, fizeram saber, pela primeira vez, que estavam mais preocupados com a expansão soviética, especialmente em África, do que com o decadente imperialismo ocidental.<sup>127</sup>

Todavia, e apesar das suas muitas deficiências teóricas e dos fracassos da previsão e da prática — designadamente, o facto de vários países organizados de acordo com o modelo marxista passarem a ter maior dificuldade em se alimentarem do que anteriormente — o marxismo continuou a exercer, durante muito tempo, uma atracção mundial como potencial veículo para a expressão de críticas, ressentimentos e frustrações sobre a realidade social contemporânea.<sup>128</sup> De acordo com Adam B. Ullam, a teoria do imperialismo de Hobson e Lenine, «em virtude da sua simplicidade, em virtude do seu apelo psicológico e em virtude das pilhagens e brutalidades que acompanharam o processo de colonização», manteve a sua influência ao possibilitar aos oprimidos do mundo que expressassem a sua cólera e perturbassem a consciência de um Ocidente cheio de remorsos.<sup>129</sup>

Numa análise final, a teoria leninista do imperialismo não prestou nenhum serviço às nações em desenvolvimento do mundo não ocidental. Ao contrário, e como apontou Anthony James Joes, a necessidade simplista e polémica de atribuir a culpa por todos ou pela maior parte dos problemas desses países à exploração exercida por alguns estados capitalistas impede que os planeadores que aceitam com seriedade a explicação ideológica examinem cuidadosamente os obstáculos à modernização colocados pelos factores políticos, culturais, económicos e geográficos autóctones. A teoria também servia os interesses de alguns dirigentes do Terceiro Mundo, como aponta Joes, pois «isenta de culpas os teorizadores dogmáticos, os fala-barato incompetentes, os condecorados megalomaniacos e os caciques de toda a responsabilidade relativamente às deploráveis condições dos seus concidadãos duas décadas depois — ou dois séculos ou dois milénios — da independência política».<sup>130</sup>

## A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

A maior parte dos PMA emergiu na última metade do século XX de um passado em que o colonialismo político ou o imperialismo económico, ou ambos, predominavam. Enquanto os países industrializados do Ocidente e o Japão experimentaram alguns problemas na transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna, para a maior parte deles o processo foi gradual e faseado no decorrer de um longo período. Muitos países do Terceiro Mundo, subitamente apanhados numa rápida mutação social, têm sofrido pressões revolucionárias como resultado do processo de modernização. A maior parte deles revela desigualdades flagrantes nos padrões de acumulação de riqueza e distribuição anual do rendimento. A maior parte sofre de taxas de crescimento demográfico, mortalidade infantil, malnutrição ou fome, doenças contagiosas e analfabetismo elevados ou acima da média, a par de programas inadequados de educação, saúde e assistência social. Por todo o Terceiro Mundo, a planificação para um desenvolvimento económico coerente é obstruída pela carência de saber técnico ou administrativo, instabilidade política, inflação, termos de troca desfavoráveis (devido à dependência relativamente às exportações de uns poucos produtos de base e à importância de capital e bens manufacturados onerosos, acrescido de um profundo endividamento junto das instituições bancárias, quer nacionais quer internacionais), e pelas pressões consumistas que frequentemente excedem a produtividade doméstica.<sup>131</sup>

A teoria da dependência surgiu durante os anos 1970 como uma escola de pensamento estruturalista-globalista com o objetivo de explicar o fosso existente entre as nações ricas e as nações pobres do mundo. Foi desenvolvida, sobretudo, pelos analistas latino-americanos da CEPAL (Comissão Económica para a América Latina) e rapidamente acolhida pelos autores pró-CNUCED que não se encontravam satisfeitos com as explicações daqueles que atribuíam o fracasso do desenvolvimento das sociedades do Terceiro Mundo ao pressuposto de que as tradições religiosas e culturais representavam obstáculos à modernização. A tese fundamental dos *dependentistas* parte do princípio de que a dependência enquanto estrutura mundial é distinta do estado de dependência que liga os países uns aos outros e que a maior partes dos estudiosos contemporâneos associa a um mundo interdependente, mesmo quando reconhecem a desigualdade das relações interdependentes. James A. Caporaso distinguiu os dois conceitos da seguinte forma:

A escola da dependência procura investigar e explorar as simetrias e assimetrias entre os estados-nação. Esta abordagem decorre frequentemente de um paradigma liberal que se centra nos actores individuais e nos seus

objetivos e que entende o poder em termos decisórios. Os actores individuais são em regra estados coesos internamente que encaram o ambiente externo como unidades homogêneas. [...] A escola da dependência, ao contrário, procura explorar o processo de integração da periferia no sistema capitalista internacional e verificar as implicações desenvolvimentistas deste capitalismo periférico. Esta abordagem decorre de um paradigma *estruturalista* assente na estrutura de classes, no capital internacional e no papel do estado na planificação e organização das forças nacionais, estrangeiras e de classe que impulsionam o desenvolvimento dentro dos países. Por outras palavras, o quadro de referência desta escola rejeita explicitamente a utilidade do estado coeso enquanto actor na produção da teoria.<sup>132</sup>

Caporaso salientou que, quando a teoria do desenvolvimento emergiu a partir dos anos 1950, ela se centrou exclusivamente nas condições que impediam o crescimento económico nos PMA (tal como ele era mensurado em termos capitalistas ocidentais) e falhou, durante muito tempo, em tomar em conta a questão da distribuição equitativa. Ao passo que a teoria do desenvolvimento geral destaca os obstáculos internos nos PMA, a teoria da dependência examina a interacção de factores externos e internos. Como bons marxistas, os *dependentistas* não querem apenas explicar a realidade, pretendem também modificá-la.<sup>133</sup>

Na perspectiva dos teorizadores da dependência, a relação entre o Norte (centro) e o Sul (a periferia), longe de ser uma relação de cooperação para alcançar interesses mútuos, implica a subordinação do segundo em relação ao primeiro e a exploração do segundo pelo primeiro. Assim, e aos olhos dos *dependentistas*, a questão não é a de que os países pobres não dispõem de capital e fiquem atrás dos ricos porque permanecem fora ou na margem do mundo capitalista; a questão é que esses países foram integrados na estrutura internacional de classes do sistema capitalista. Nesta matéria, a teoria da dependência é essencialmente uma variante da perspectiva neo-marxista acerca da situação que enfrentam os antigos territórios coloniais. Tony Smith caracterizou a teoria da dependência, nos seguintes moldes:

De uma forma sucinta, advoga que os processos económicos são a força estrutural básica da história e que ao longo dos últimos séculos o capitalismo do Norte (primeiro na sua modalidade mercantil, depois na modalidade de comércio livre, mais tarde na modalidade financeira e hoje na modalidade multinacional) tem sido a locomotiva da história. Essas terras e povos são «dependentes», não são «autónomos» (a palavra favorita de muitos destes escritores mas que nunca é definida com rigor [...]) relativamente a estas forças económicas externas. [...]

A maior crítica que podemos fazer à teoria da dependência é que exagera o poder explicativo do imperialismo econômico como conceito que dá significado à mudança histórica no Sul. Destaca-se em demasia o poder dinâmico e transformador do imperialismo capitalista e das forças socioeconômicas associadas a ele localmente; presta-se pouca atenção aos motivos políticos subjacentes ao imperialismo ou ao poder autônomo das circunstâncias políticas locais na influência que têm sobre o rumo da mudança na África, Ásia e América Latina.<sup>134</sup>

Samuel e Arturo Valenzuela criticaram a «perspectiva da modernização» que os economistas, antropólogos, sociólogos e cientistas políticos haviam desenvolvido no pós-guerra para explicar o fracasso das novas nações em atingirem o ponto de arranque econômico posterior a uma injeção de ajuda externa. Uma perspectiva deste tipo, no seu ponto de vista, resultava da dicotomia entre tradição e modernidade própria da sociologia da Europa do século XIX que via a própria cultura, resistente a qualquer mudança, como principal obstáculo à modernização econômica. As sociedades tradicionais são marcadas pela investitura e não pela realização; pelo estatuto social e não pelo esforço individual, e por uma estrutura alargada de parentesco em lugar da família nuclear. Estas sociedades manifestam pouca especialização ocupacional e mobilidade social, um sistema altamente estratificado de deferência para com os estratos mais altos e o destaque do elitismo e da autoridade hierárquica. Em contrapartida, as características da sociedade moderna são conceitualmente distintas — são mesmo pólos opostos: altas taxas de mobilidade social; um sistema ocupacional complexo; a predominância das atividades econômicas secundárias sobre as atividades meramente primárias (ou seja, a indústria e os serviços para além da agricultura e extracção mineira); estruturas políticas, legais e sociais diferenciadas e uma capacidade institucionalizada de mudança, em vez de um padrão rígido calculado para preservar os valores sociais, religiosos e culturais imemoriais. Os adeptos ocidentais da teoria da modernização foram criticados por assumirem que as sociedades tradicionais teriam de continuar a ser remetidas para a franja da pobreza a não ser que pudessem aprender a inovar, adoptando as ideias, técnicas, métodos organizacionais, incentivos e instituições ocidentais — ou seja, todo um novo conjunto de atitudes e formas de vida.

Os teorizadores da dependência, ressaltavam os Valenzuela, rejeitam as teses da modernização que afirmam que o desenvolvimento genuíno só pode resultar de uma resposta apropriada aos estímulos derivados de fontes exógenas e segundo aquele que é o único modelo bem sucedido — o modelo ocidental — como se desenvolvimento e ocidentalização fossem pro-

cessos idênticos. Estes teorizadores também rejeitam a ideia de que a sociedade nacional é a unidade de análise adequada neste contexto. Os Valenzuela argumentam que os diferentes níveis na transição da tradição para a modernidade não bastam para explicar os diferentes níveis de crescimento econômico. Nações e regiões podem ser analisadas apenas tendo como referência o seu lugar no sistema político e econômico mundial — quer estejam mais próximos do centro ou da periferia. Este parece ser um dogma que atravessa toda a literatura da dependência. Infelizmente, esta literatura encontra-se dominada por conceitos imprecisos e tão pouco elegantes como o de «desenvolvimento associado-dependente», «desenvolvimento dirigido internamente [ou externamente]», «processos histórico-estruturais globais», «operacionalização da dependência» e «análise diacrónica».<sup>135</sup>

Antes e depois da Segunda Guerra Mundial, vários países em desenvolvimento, especialmente na América Latina, tentaram reduzir a sua dependência em relação ao sistema capitalista industrializado ao prosseguirem uma estratégia de substituição das importações. Os governos encorajaram as indústrias autóctones pela via de elevadas taxas proteccionistas. Os ganhos das exportações agrícolas eram usados para pagar a importação do capital de equipamento, enquanto toda uma variedade de políticas desencorajava a importação de bens de consumo que passariam a ser produzidos internamente. Esta estratégia de substituição das importações promoveu, durante algum tempo, o desenvolvimento, até que exigiu o endividamento em larga escala dos governos para financiarem as indústrias pesadas que, em mercados domésticos limitados, eram incapazes de produzir em economias de escala eficientes. Essas empresas muitas vezes usufruíam de tanta protecção e assistência pública que viriam a transformar-se praticamente em monopólios incapazes de fazerem frente à concorrência.<sup>136</sup>

Certos países em desenvolvimento tornaram-se produtores substanciais de productos manufacturados. Os novos países industrializados (NPI) incluem a Coreia do Sul, Taiwan, Argentina, Brasil, Índia, Filipinas, Hong Kong, Singapura, México, Venezuela, Tailândia e Malásia. Em alguns casos, os próprios NPI tornaram-se grandes exportadores, mesmo para mercados como o americano. Stephen Haggard comparou a estratégia de industrialização orientada para as exportações da Ásia Oriental com a estratégia de substituição das importações levada a cabo por vários países da América Latina. Haggard considerou que a estratégia dos primeiros teve muito mais sucesso em termos de independência económica nacional, equidade na distribuição dos rendimentos e índices de qualidade de vida.<sup>137</sup> Os teorizadores da dependência admitem que as empresas multinacionais têm sido atraídas para estes países, o que se deve ao baixo custo da mão-de-obra e, em muitos casos, à proximidade das fontes de abastecimento de matérias-primas. Todavia, os

*dependentistas* defendem que quando tal desenvolvimento ocorre não é em verdade automático; ele é ditado pelas exigências globais do sistema-mundo capitalista. Os neomarxistas e os teorizadores da dependência preferem realçar a continuada subordinação desta semiperiferia relativamente ao centro e ignoram o facto de alguns países estarem agora melhor do que antes e a gozarem rendimentos *per capita* cada vez mais altos.

Ao passo que Caporaso, os Valenzuela e outros *dependentistas* empregam e criticam conceitos sociológicos nas suas análises, Theotonio dos Santos, um economista brasileiro, apresenta uma explicação antes demais económica sobre as razões que conduzem o capitalismo a gerar subdesenvolvimento nos PMA. Em primeiro lugar, define dependência como «a situação em que a economia de determinados países é condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual a primeira se encontra sujeita».<sup>138</sup> Não é exactamente de interdependência do que se trata quando uma economia dominante pode realizar uma expansão auto-sustentada, mas uma economia dependente não pode fazer o mesmo, excepto enquanto complemento dessa mesma expansão e condicionado pela economia dominante. Theotonio dos Santos analisa o período inicial da expansão colonial e dos rígidos monopólios comerciais impostos pelo colonizador, assim como a dependência industrial-financeira desde finais do século XIX até à Segunda Guerra Mundial, marcada pelo investimento capitalista nos produtos agrícolas e matérias-primas que seriam exportados para as metrópoles e tendo em vista o consumo ou a transformação nas fábricas. Estas formas foram substituídas por uma nova dependência das economias de subsistência que fornecem força de trabalho de baixo custo conforme as exigências determinadas pelos mercados de bens e de capitais e na medida em que as condições locais favorecem novos investimentos e transferências de tecnologia sob a forma de capital em lugar de mercadorias para comercialização.

Os capitalistas estrangeiros, afirma Theotonio dos Santos, preservam o sector tradicional de exportações, as relações de produção ultrapassadas e a manutenção do poder político pelas oligarquias decadentes.<sup>139</sup> O capital estrangeiro retém o controlo dos sectores mais dinâmicos da economia através do monopólio das patentes e da generalidade dos direitos que impendem sobre a tecnologia moderna. Também repararia o grosso dos seus lucros, escoando assim os recursos económicos excedentários do país que, de outra forma, poderia ser usado na promoção do desenvolvimento local. A saída dos lucros tem como resultado os défices e dívidas que implicam empréstimos e serviços da dívida muito onerosos junto de bancos estrangeiros e instituições internacionais capitalistas como o FMI e o Banco Mundial. O diagnóstico de Theotonio dos Santos coincide com as críticas apontadas por marxistas e muitos outros.<sup>140</sup>

Robert Gilpin fala em nome do realismo e com uma ligeira inclinação para os teorizadores da interdependência na rejeição da teoria da dependência:

«Cada PMA está certamente dependente das flutuações das condições dos mercados mundiais; cada um tem que importar capital, tecnologia e *know-how* industrial. [...] É verdade que existe uma linha contínua ao longo da qual cada país está mais ou menos dependente dos outros. Contudo, e caso um deles utilize a sua condição de dependência para explicar o subdesenvolvimento, o argumento perde muita da sua força.»<sup>141</sup>

Na realidade, e na perspectiva de Gilpin, os PMA estão dependentes e vulneráveis «precisamente porque são subdesenvolvidos e não ao contrário» e porque eles, além do mais, são «os fracos no mundo dos fortes», sofrendo não de uma dependência externa mas, ao contrário, da ineficiência interna.<sup>142</sup> Alguns deles — os NPI mencionados anteriormente — têm vindo a adquirir a eficiência suficiente que lhes permite alcançar altas taxas de crescimento económico. Todavia, Gilpin concorda que «o enorme fosso que separa as economias desenvolvidas das menos desenvolvidas tem tornado muito mais difícil escapar à dependência no final do século XX do que o havia sido, para as economias em desenvolvimento, no século XIX».<sup>143</sup> Por outras palavras, existe uma diferença considerável entre entrar cedo ou entrar tarde no ciclo do desenvolvimento global.

## A ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Relacionada com a teoria da *dependência*, embora diferente, surge-nos uma escola de pensamento mais abrangente que olha para lá dos actuais problemas do Terceiro Mundo num esforço para compreender o desenvolvimento desigual do sistema-mundo capitalista no seu todo e nos seus vários aspectos políticos, económicos e sociais. Representa ainda um esforço para integrar a evolução histórica de cada país ou região numa perspectiva espaciotemporal global que abrange a economia-mundo capitalista desde a transição do feudalismo no século XVI. O principal porta-voz desta abordagem é Immanuel Wallerstein.

A análise de Wallerstein é essencialmente neomarxista mas combina elementos da teoria realista com o marxismo. Partilha com realistas como Kenneth Waltz e Hedley Bull a perspectiva de que o sistema internacional é caracterizado pela anarquia, pela ausência de uma única autoridade política global. É precisamente esta condição que torna impossível regular o modo de produ-

ção capitalista através das fronteiras nacionais. Consequentemente, emerge uma divisão económica internacional do trabalho que consiste num conjunto central de estados capitalistas poderosos e industrialmente avançados, numa periferia constituída por estados fracos e que é mantida num nível tecnológico subdesenvolvido e subordinada ao estatuto de fornecedora de matérias-primas para o centro e numa semiperiferia de estados cujas actividades económicas são uma mistura entre as do centro e as da periferia — os NPI. Não se trata de um fenómeno sem precedentes. Originariamente, ou seja, em 1600, o sistema-mundo incluía o Noroeste europeu enquanto centro, a Europa de Leste e a América Latina enquanto periferia e a Europa mediterrânica — Portugal, Espanha e Itália — enquanto semiperiferia.<sup>144</sup>

Wallerstein evita o destaque excessivo e exclusivo que os marxistas clássicos colocaram na luta de classes. Ele reconhece o importante papel desempenhado, no centro da economia-mundo capitalista, pelos estados-nação, pelos agrupamentos étnicos, religiosos, raciais e linguísticos e mesmo pelas famílias. Reconhece também que a competição entre a burguesia e o proletariado tem o efeito de fortalecer o estado, pois ambas as classes, independentemente de perseguirem um *status quo* exploratório ou estratégias reformistas ou revolucionárias, trabalham, consciente ou inconscientemente, para aumentar os poderes funcionais do governo e influenciá-los no que diz respeito a uma regulamentação dos mercados que resulte em seu benefício. Wallerstein reconhece de imediato que a distribuição internacional do poder entre os estados varia constantemente à medida que um período dá lugar a outro. No fim de contas, Wallerstein é mais marxista do que realista, especialmente quando insiste em que a balança de poderes é uma função dos processos económicos que transcendem as fronteiras exclusivamente nacionais — como os que, por exemplo, fizeram com que os Estados Unidos substituissem a Grã-Bretanha como principal potência mundial nas primeiras décadas do século XX.<sup>145</sup> As diferenças de capacidade das estruturas políticas dos estados e o seu desigual desenvolvimento económico dependem do momento em que as várias áreas geográficas foram incorporadas no sistema, da natureza dos seus recursos e da interacção dos factores políticos com os económicos, quer internos quer internacionais, à medida que o sistema-mundo se foi expandindo.<sup>146</sup>

No seguimento de Wallerstein, Christopher Chase-Dunn investigou as relações entre os processos económicos e políticos dentro do sistema capitalista. Alguns marxistas, observa, juntaram-se a realistas como Waltz e Modelski na reacção contra o economicismo de Wallerstein ao atribuírem validade renovada à autonomia dos factores políticos, do sistema de estados e dos processos geopolíticos. Chase-Dunn argumentou que o sistema de estados e o modo de produção capitalista e de acumulação de riqueza não

são apenas interdependentes; eles estão também integralmente unificados. O autor atribui a separação entre política e economia a que se procedeu no passado ao facto dos fenómenos económicos parecerem mais regulares e mais determinados por leis mecanicistas, enquanto a ordem dos fenómenos políticos parece ser mais influenciada pelo livre-arbítrio e, por consequência, menos previsível. Chase-Dunn salienta que Adam Smith e os seus seguidores também atribuíam essa separação à dicotomia entre público e privado, em que o estado está ligado ao domínio público e a actividade económica ao privado. Chase-Dunn rejeitou tanto as explicações para a separação como a própria separação.

A decisão dos estados de prosseguirem a livre iniciativa e as políticas comerciais ou a imposição de controlos estreitos sobre a economia depende da sua posição dentro da economia-mundo capitalista. (Neste ponto, Chase-Dunn concordava, na essência, com o pressuposto de Wallerstein de que os estados socialistas nunca seriam capazes de escapar do facto de sempre terem sido e ainda serem parte da economia-mundo capitalista e de não poderem isolar-se do mesmo, por muito que tentassem ou quisessem.) A sustentação do comércio livre não depende apenas dos estados hegemónicos do centro, que possuem vantagens produtivas, mas também dos estados periféricos dominados pelos produtores capitalistas de bens assentes em mão-de-obra barata para exportação para os países do centro. Os estados do centro que ocupam posições menos favoráveis, e os estados semiperiféricos (NPI) que procuram melhorar a sua posição em relação ao centro são, em regra, caracterizados por adoptarem uma direcção centralizada da economia e políticas proteccionistas. Chase-Dunn constrói a sua posição a partir da perspectiva de Wallerstein de um sistema anárquico. Ambos insistem fortemente na ideia de que a economia-mundo capitalista prefere preservar esta condição e opõe-se à emergência de um único poder capaz de actuar enquanto hegemonia universal ou estado mundial. Os estados rivais envolvem-se numa política de balança de poderes que funciona para impedir o estabelecimento de um estado que disponha de monopólio mundial em grau suficiente que lhe permita controlar a ordem económica global, pois assim o capitalismo não poderia sobreviver.<sup>147</sup>

## PETRÓLEO, INFLAÇÃO E A CRISE DA DÍVIDA

A história não é uma teoria. Não obstante, e sem o conhecimento de certos desenvolvimentos históricos das últimas três décadas do século XX, não conseguimos compreender, na totalidade, os problemas actuais e os